FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA

OS IMPACTOS DA TRANSFERÊNCIA DE RENDA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VIDA DAS MULHERES RURAIS DO ASSENTAMENTO JOANA D'ARC III

ANA PAULA BEZERRA SCHAEFER

Porto Velho/RO 2016

ANA PAULA BEZERRA SCHAEFER

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

OS IMPACTOS DA TRANSFERÊNCIA DE RENDA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VIDA DAS MULHERES RURAIS DO ASSENTAMENTO JOANA D'ARC III

Dissertação de Mestrado, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia. Linha de pesquisa: Território, Representações e Políticas de Desenvolvimento – TRPD.

Orientadora: Profª. Drª. Maria das Graças Silva Nascimento Silva.

Porto Velho/RO

2016

FICHA CATALOGRÁFICA

BIBLIOTECA PROF. ROBERTO DUARTE PIRES

S294i

Schaefer, Ana Paula Bezerra .

Os impactos da transferência de renda do programa bolsa família na vida das mulheres rurais do assentamento Joana D'Arc III / Ana Paula Bezerra Schaefer. - Porto Velho, Rondônia,2016.

97f.:il.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Maria das Graças Silva Nascimento Silva

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR

1. Geografia. 2.Políticas públicas - bolsa família. 3.Programas de transferência de renda gênero.I.Silva,Maria das Graças Silva Nascimento. II.Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR.III. Título.

CDU: 911.364.3

Bibliotecária Responsável: Carolina Cavalcante CRB11/1579

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ANA PAULA BEZERRA SCHAEFER

A Banca de Defesa de Dissertação de Mestrado presidida pela Orientadora/Presidente **Profa. Dra. Maria das Graças Silva Nascimento Silva** e constituída pelos examinadores: **Profa. Dra. Siane Cristhina Pedroso Guimarães Silva** - Examinadora Externa/Departamento/Geografia/UNIR e **Profa. Dra. Klondy Lúcia de Oliveira Agra** – Examinadora Externa/UNIRON reuniram-se no dia 08 de dezembro de 2016, às 9 horas no auditório Milton Santos/CEGEA/UNIR/Bloco 1T, para avaliar a dissertação de mestrado intitulada **"Os impactos da Transferência de Renda do Programa Bolsa Família na Vida das Mulheres Rurais do Assentamento Joana DArc III"**, da mestranda **Ana Paula Bezerra Schaefer,** matrícula 201410099. Após a explanação da mestranda e arguição pela Banca Examinadora, a referida DISSERTAÇÃO foi avaliada e de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Programa de Pós-Graduação em Geografia foi considerada APROVADA. A candidata terá o prazo de até 90 dias para fazer as correções sugeridas pela banca e entregar as cópias definitivas de sua dissertação, sob pena de invalidação, pelo colegiado, do processo de defesa, conforme preceitua o § 3º do artigo 52 do Regimento Interno do PPGG, uma vez que o curso só finaliza com a entrega da Dissertação revisada.

Porto Velho-RO, 08 de dezembro de 2016.

Profa. Dra. Maria das Graças Silva Nascimento Silva
Orientadora/Presidente

Profa. Dra. Siane Cristhina Pedroso Guimarães Silva
Examinadora Externa/Departamento/Geografia/UNIR

Profa. Dra. Klondy Lúcia de Oliveira Agra
Examinadora Externa/UNIRON

“Aprendi que todas as formas de conhecimento são transitórias e que elas só têm real valor quando utilizadas em benefício dos seres e de tudo o que existe no campo universal. Todavia de nada vale todo o conhecimento do mundo se não houver AMOR.”

(Alcione Leite da Silva)

Dedico este trabalho a meus pais, Maria e Jandir, que sempre me apoiaram, estiveram presentes e acreditaram em meu potencial, incentivando-me na busca de novas realizações.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao Arquiteto do Universo pela minha vida e às oportunidades que Ele me deu.

Aos meus pais, Maria e Jandir, por sempre estarem ao meu lado apoiando seja qual for a minha decisão e, principalmente, por acreditarem no meu potencial.

Um agradecimento mais que especial a minha querida Orientadora Profª Drª Maria das Graças Nascimento e Silva, carinhosamente Gracinha, pela orientação, pela paciência, pelo incentivo, pela amizade e por mostrar que eu era capaz de realizar este trabalho. Deixo a ela meus sinceros agradecimentos.

Ao grupo GEPGÊNERO, pois foi por meio dele que eu pude realizar e concluir esse trabalho. Foi onde conheci o mundo da pesquisa, estendendo esse agradecimento a tod@s @s amig@s do grupo, em especial, à amiga Kelyany Oliveira Góes que dividiu comigo os momentos difíceis e alguns de desespero na reta final do trabalho.

Agradeço as/os assentadas/os do Assentamento Rural Joana D'Arc III pelo acolhimento e pela credibilidade desde o início desse trabalho. Em especial, à Dona Anita e ao Seu Juarez por sempre nos receberem em sua casa.

Agradeço aos colegas de turma pelos conhecimentos compartilhados nas aulas e em todos os outros momentos vividos em grupo. Muitos desses, no decorrer da realização do curso, tornaram-se verdadeiros amigos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Rondônia, pela oportunidade oferecida, bem como a todos os professores pelos ensinamentos.

Ao Professor Dr. Josué da Costa pela oportunidade única concedida a nossa

turma de 2014, que foi a realização do trabalho de campo da disciplina Epistemologia da Geografia, II Expedição Amazônica.

A CAPES pela bolsa concedida para a realização desta pesquisa.

É tão difícil viver entre a miséria e a fome

Sentí-la na carne e ter que ficar parado...

Calado...

É tão difícil entender como homens armados

Expulsam outros homens das terras em que

Eles nasceram e se criaram, que são deles

Por direito para lá plantarem nada... nada...

É tão difícil entender como o governo pode permitir

Que os homens saiam do campo e venham

Para a cidade criar mais miséria...

Criar mais fome...

Não estou culpando ninguém

Não estou acusando ninguém

Apenas conto o que vi

Apenas conto o que senti

Miséria e fome

Miséria e Fome: Inocentes

SCHAEFER, Ana Paula Bezerra. **Os Impactos da Transferência de Renda do Programa Bolsa Família na Vida das Mulheres Rurais do Assentamento Joana D'Arc III.** 2016. 99 f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho – RO, 2016.

RESUMO

A presente pesquisa é o resultado da minha participação no Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero – GEPGÊNERO, do qual faço parte desde o ano de 2009. A pesquisa foi desenvolvida no Assentamento Joana D'Arc III, em Porto Velho - RO, e tem como principal objetivo identificar quais são os impactos causados pelo Pograma de Transferência de Renda do governo federal, o Programa Bolsa Família, na vida das mulheres do assentamento Joana D'Arc III. Para chegar ao resultado final, foi realizado 4 trabalhos de campos para aplicação dos instrumentos de pesquisa, trabalhamos com o método dialético. Como resultado pode-se afirmar que o benefício do Programa Bolsa Família resultou em empoderamento feminino entre as mulheres do Assentamento Joana D'Arc III, que as políticas públicas voltadas para as mulheres rurais tiveram um grande avanço durante esses anos e que as mulheres estão cada vez mais em busca de seus direitos.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Programas de Transferência de Renda. Bolsa Família. Gênero.

SCHAEFER, Ana Paula Bezerra. The Impacts of the Transfer of Income from the Bolsa Família Program in the Life of Rural Women of the Joana D'Arc III Settlement. 2016. 99 f. Dissertation (master's degree) - Postgraduate Program in Geography, Federal University of Rondônia, Porto Velho - RO, 2016.

ABSTRACT

This research is the result of my participation in the Group of Studies and Research in Geography, Women and Gender Social Relations - GEPGÊNERO in which I am part of 2009. The research was conducted in the settlement Joan of Arc III in Porto Velho - RO, and aims to identify what are the impacts of the federal government income transfer programs in women's lives of the settlement, identify what are the public policies that they are gaining access as a woman. From the field work, and application of the tools of research, it observed that women are the main beneficiaries of the Bolsa Família program, but for this they go through great obstacles to get the benefit. As a result it can be said that the benefit of the Bolsa Família Program has resulted in female empowerment among women Settlement Joan of Arc III and public policies for rural women had a breakthrough during these years, and that women are increasingly increasingly seeking their rights.

Keywords: Public Policy. Cash Transfer Programs. Bolsa Familia. Gender.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FLUXOGRAMAS

Fluxograma 1 – Procedimentos metodológicos..... 48

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Assentamento Joana D'Arc III-Linha 17..... 21
Fotografia 2 – Acesso às agrovilas pela Linha 17. Uma das 13 pontes que a estrada tem até chegar no Joana D'Arc III..... 46
Fotografia 3 – Ponte sobre o Rio Madeira..... 51
Fotografia 4 – Mulher do assentamento descascando mandioca para a fabricação da farinha de mandioca..... 58
Fotografia 5 – Caderneta de acompanhamento do Programa Bolsa Família..... 71
Fotografia 6 – Infraestrutura da aquisição da linha de crédito do PRONAF MULHER..... 74
Fotografia 7 – Casa de farinheira: O descascar da mandioca..... 75
Fotografia 8 – Descarregamento das mudas de café entregue pela SEMAGRIC. 77
Fotografia 9 – Mulheres do Assentamento descarregando o caminhão de mudas de café..... 77
Fotografia 10 – Assentada fazendo artesanato (crôche)..... 78
Fotografia 11 – Joana D'Arc III – entrada para as agrovilas – linha-17..... 81
Fotografia 12- Estrada de acesso ao Assentamento Joana D'Arc III..... 82
Fotografia 13 – Visitas e aplicações dos instrumentos de coleta de dados..... 83
Fotografia 14 – Posto de Saúde..... 84
Fotografia 15 – Casa de farinha..... 85
Fotografia 16 – Processo de fabricação da farinha de mandioca 86
Fotografia 17 – Escola do Assentamento Joana D'Arc III, localizada na linha-17 que foi desativada pela Santo Antônio Energia em 2014..... 87
Fotografia 18 – Desativação da Escola Flor do Amazonas..... 88
Fotografia 19 – Construção da Agroindústria do Assentamento Joana D'Arc III

nas agrovilas..... 89
Fotografia 20 – Igreja Deus e amor localizada no Assentamento – Agrovila União dos Camponese..... 90

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Gênero no Assentamento Joana D'Arc III..... 59
Gráfico 2 – Quantitativo de beneficiárias do PBF no Assentamento..... 62
Gráfico 3 – Estado civil das mulheres do Assentamento..... 62
Gráfico 4 – Quantitativo de filhos..... 66
Gráfico 5 – Relação de equipamentos adquiridos pelas famílias do PBF..... 67
Gráfico 6 – Quantitativo PRONAF..... 73

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Assentamento rural Joana D'Arc III, Porto Velho/RO..... 55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantitativo de pessoas cadastradas no Cadastro Único na base de Porto Velho/RO..... 41
Tabela 2 – Valores e tipos de benefício do Bolsa Família..... 43
Tabela 3 – Quantitativo de famílias que estão recebendo o PBF por tipo de benefício..... 44
Tabela 4 – Estratégias adotadas pelas mulheres do Assentamento para realizarem o saque do beneficio..... 69

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da Fome..... 34
Figura 2 – Mapa das áreas alimentares do Brasil..... 36
Figura 3 – A mostragem de rendimento mensal domiciliar com renda per capita.. 38

Figura 4 – Evolução do Programa Bolsa Família desde sua criação até 2014..... 41
Figura 5 – Limites do Assentamento Joana D'Arc III..... 53
Figura 6 – Cartão do Programa Bolsa Família..... 63
Figura 7 – Calendário de Pagamento do Bolsa Família..... 70

LISTA DE SIGLAS

BF	Bolsa Família
EMATER	Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
GEFA	Grupo Espírita Francisco de Assis
GEPGÊNERO	Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MCC	Movimento dos Camponeses de Corumbiara
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
P.A	Projeto de Assentamento
PBF	Programa Bolsa Família
PIBEX	Programa Institucional de Bolsa de Extensão Universitária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTR	Programas de Transferência de Renda
SAF	Secretaria de Agricultura Familiar
SEDUC	Secretaria Estadual de Educação
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SEMAGRIC	Secretaria Municipal de Agricultura
SEMAS	Secretaria de Assistência Social

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 15
INTRODUÇÃO..... 18

1 CAPITULO I – ABORDAGEM TEÓRICA DAS CATEGORIAS DE ANALISE DA CIÊNCIA GEOGRAFICA..... 21
1.1 O Espaço Rural e suas Relações Sociais na Geografia Humana..... 22
1.2 Geografia e Gênero: em uma perspectiva feminista..... 24
1.3 As Relações de Gênero no Espaço Rural..... 27
1.4 O Empoderamento feminino através das politicas publicas sociais: Uma estratégia do Programa Bolsa Família..... 28
1.5 Políticas Públicas Sociais e suas Relações Espaciais no Contexto de Programas de Transferência de Renda..... 29
1.6 A Fome ocasionada pela pobreza e extrema pobreza..... 33
1.6.1 A Trajetória da fome no Brasil..... 35
1.7 O Programa Bolsa Família: O impacto na redução da fome no Brasil..... 39

2 CAPITULO II – CAMINHOS DA PESQUISA: A TRAJETÓRIA PERCORRIDA EM JOANA D'ARC III..... 46
2.1 O ponto inicial..... 47
2.2 Procedimentos Metodologicos..... 48
2.3 A realização dos trabalhos de campo..... 49
2.4 Caracterizando o universo da pesquisa..... 51

3 CAPITULO III – MULHERES "GUERREIRAS": MULHERES DE JOANA D'ARC III..... 58
3.1 A organização em relação ao gênero no Assentamento..... 59
3.2 O acesso das mulheres de Joana D'Arc III as politicas publicas..... 60
3.3 As mudanças ocorridas na vida das mulheres através do Programa Bolsa Família..... 61
3.4 As estratégias das Mulheres do Assentamento para se manterem no Programa Bolsa Família e o cumprimento das condicionalidades..... 68

3.5 O PRONAF- MULHER em Joana D'Arc III..... 72
3.6 A tripla jornada: Os trabalhos realizados pelas mulheres..... 74
3.7 As sonhadoras de Joana D'Arc III..... 79

4 CAPITULO IV – REGISTRO FOTOGRÁFICO: O TRABALHO DE CAMPO EM JOANA D'ARC III ATRAVÉS DAS IMAGENS..... 80

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 91
REFERÊNCIAS..... 93

APRESENTAÇÃO

O tema da pesquisa surgiu a partir da minha participação no Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero – GEPGÊNERO, do qual faço parte desde o ano 2009. No decorrer desses anos foram desenvolvidas várias pesquisas com a temática Geografia e Gênero e relações de políticas públicas nas áreas rurais, destacando os assentamentos e as áreas ribeirinhas, sendo uma dessas áreas meu lócus de pesquisa: Assentamento Rural Joana D'Arc III.

Conheci o Grupo de Pesquisa GEPGÊNERO no Curso de Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, no segundo período do curso, durante a disciplina ministrada pela coordenadora do grupo, Profª Drª Maria das Graças Silva Nascimento Silva. Fiquei bastante interessada – juntamente com outras alunas da graduação – e procurei a professora para verificar a possibilidade de participar do grupo. Com o aceite da coordenadora, passei a integrar grupo.

Após o ingresso no grupo, tive a oportunidade de participar do Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária – PIBEX, por meio do qual foram desenvolvidos projetos nos anos de 2009/2010 no bairro Mariana, na cidade de Porto Velho/RO. Estive vinculada a dois projetos*: 'Alfabetização: caminho que constrói a liberdade*' (de forma voluntária) e '*Rompendo Fronteiras: propiciando melhor qualidade de vida e exercício de cidadania no bairro Mariana*' (como bolsista). Os principais objetivos dos projetos eram a inclusão social como processo de resgate de cidadania das mulheres e homens da comunidade, em virtude das precárias condições de vida dos moradores que participaram dos projetos de extensão em relação aos aspectos socioeconômico e ambiental do bairro Mariana.

O desenvolvimento desses projetos trouxe grandes aprendizados para minha vida pessoal e acadêmica, pois estava presente na comunidade quatro vezes por semana, vivenciando as dificuldades enfrentadas pelas mulheres que frequentam aquele espaço onde eram desenvolvidas as atividades, Grupo Espírita Francisco de Assis – GEFA, em que planejamento social voltado às mulheres era raro ou quase nenhum. Com isso, questionava-me: nesta cidade o acesso às políticas públicas deveria ser facilitado e alcançar todas àquelas que precisam; porque isso não acontece? Então, como isso é feito em um local mais distante?

Assim sendo, surgiu o tema da minha pesquisa: como essas políticas públicas são acessadas pelas mulheres da comunidade do Assentamento Rural Joana D'Arc III, no município de Porto Velho/RO? Quando me interessei por esse tema tive todo apoio do grupo de pesquisa e da minha orientadora, pois muitas pesquisas já foram e estão sendo realizadas nesse lócus. O Assentamento Joana D'Arc III já é conhecido pelas pesquisadoras do grupo, as quais são bem recebidas pela comunidade local.

Participando das pesquisas e atividades desenvolvidas pelo grupo, desenvolvi o trabalho de conclusão de curso, que é requisito obrigatório para o Bacharelado. A pesquisa de monografia foi realizada no Assentamento Rural Joana D'Arc III, no município de Porto Velho/RO, intitulada: "*Um Estudo de Gênero, Políticas Públicas e Transferência de Renda no Assentamento Rural Joana D'Arc III*".

Em 2012, comecei a fazer o projeto de pesquisa para concorrer a uma vaga no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Infelizmente, na época não fui adiante e desisti, pois estava finalizando meu trabalho de conclusão de curso e quis dar um passo de cada vez. Naquela época, tinha em mente outro projeto para o mestrado, pois queria realizar a pesquisa com mulheres quilombolas. Cheguei, inclusive, a fazer contato com amigas que conheci quando estagiei no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), onde trabalhava com a titulação das áreas quilombolas do Estado. No entanto, após estudos sobre a localização, achamos inviável a realização da pesquisa nestas comunidades devido a distancia e os obstáculos para chegarmos nestas terras remanescentes de quilombo de Rondônia.

Foi a partir do meu trabalho de conclusão de curso, somado às experiências profissionais de ter trabalhado na Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Porto Velho, precisamente no departamento do Programa de Transferência de Renda Bolsa Família, que surgiu o tema desse trabalho que é analisar o impacto da transferência de renda do Programa Bolsa Família na vida das mulheres rurais que recebem esse benefício, bem como identificar a relação de gênero após elas serem inseridas no Programa Bolsa Família.

Em 2013, concorri a uma das 18 vagas disponibilizadas pelo PPGG-UNIR e fui aprovada em 7ª colocação para a turma de 2014. Ser aprovada foi maravilhoso, momento em que recordei de quando entrei para o GEPGÊNERO e conheci as pesquisadoras: umas da graduação, outras do PPGG e outras, já mestres; ficava

imaginando se iria, um dia, conseguir chegar tão longe. A ideia de ser aprovada no mestrado era algo que eu desejava bastante, mas acreditava estar muito distante.

Com o passar dos anos, comecei a enxergar que o mestrado estava mais próximo do que eu pensava, e foi assim que fui aprovada. Nessa trajetória de minha vida acadêmica teve uma pessoa que foi essencial em minha aprovação, ou melhor, foi essencial no despertar dessa vontade de entrar para o mestrado, sempre me motivando a dar um passo à frente. É claro que eu estou falando da Gracinha, Profª Drª Maria das Graças Silva Nascimento Silva, que eu tive a honra de conhecer e, principalmente, de ser orientada por ela, uma vez que foi ela que me deixou encantada pelo mundo da pesquisa e, em especial, pela geografia e gênero.

INTRODUÇÃO

A pesquisa foi desenvolvida no Assentamento Rural Joana D'Arc III, que fica a 120 km do município de Porto Velho, em Rondônia, e foi realizado com mulheres e homens assentados. O Assentamento ainda é considerado novo, haja vista que o Estado de Rondônia foi colonizado por políticas da reforma agrária desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Este instituto criou vários assentamentos para receber famílias oriundas de diversas partes do Brasil e foi a partir da criação destes assentamentos que surgiram os primeiros núcleos populacionais que, futuramente, virariam cidades.

A pesquisa tem como principal objetivo identificar quais são os impactos causados na vida das mulheres do assentamento pelo Programa de Transferência de Renda Bolsa Família, do governo federal, bem como identificar quais são as políticas públicas que elas estão tendo acesso.

Escolhemos o Assentamento Rural Joana D'Arc III pelos seguintes motivos: já é um local conhecido pelas pesquisadoras do Grupo, uma vez que já foram desenvolvidas outras investigações na localidade; é um assentamento marcado por grandes dificuldades; e, está passando por transformações no seu espaço geográfico, interferindo direta e indiretamente na vida dos assentados. Essas transformações são resultantes das construções das hidrelétricas do Madeira (Usina de Santo Antônio e Usina de Jirau).

> Discutir gênero em assentamento rural não é uma tarefa fácil, tendo em vista que nesse espaço a reprodução da cultura patriarcal se apresenta de maneira mais arraigada. Ainda assim hoje já se pode evidenciar muitas mudanças, que são resultados de um conjunto de fatores, pode-se citar a introdução de políticas públicas voltadas para as mulheres, o acesso destas mulheres a informação e a participação destas mulheres nas atividades econômicas da família (SILVA, 2012, p. 42).

O assentamento vem ao encontro da nossa pesquisa, visto que possui características do patriarcado. Assim, buscamos entender como as relações de gênero estão se desenvolvendo nesse espaço geográfico a partir do acesso das políticas públicas.

Neste sentido, delimitamos o tema para as políticas públicas de transferência de renda, que são programas assistencialistas e possuem públicos certos, sendo o

principal programa de transferência de renda, atualmente, o Programa Bolsa Família. Ele teve foco diferenciado de outros programas já existentes, colocando a mulher como o público alvo da iniciativa, impactando na relação de gênero no assentamento.

Teve como análise as categorias e subcategorias de gênero, espaço, espaço rural, políticas públicas e empoderamento feminino. O referencial teórico, para conceituar essas categorias, está baseado nos/as seguintes autores/as: para discutir gênero baseamo-nos na autora Joseli Maria Silva (2009); para conceituar espaço, em Milton Santos (1978), Ratzel (1990), Empoderamento Feminino utilizamos Nascimento Silva (2011) e, para o conceito de espaço rural, em Glaucio José Marafon (2009). O método utilizado foi o dialético, e utilizamos Spostio (2012), com os seguintes procedimentos metodológicos: trabalho de campo com aplicação de questionários e entrevistas, além da utilização da técnica da observação e do registro fotográfico.

A problemática da pesquisa é: quais são os impactos dessas transferências de renda para as famílias do assentamento, especialmente na vida das mulheres, e quais são as dificuldades enfrentadas por elas para acessar os benefícios? O objetivo geral é entender como o benefício do Programa Bolsa Família vem influenciando na vida das mulheres rurais, quais tipos de transformação trouxeram para elas e como está a relação de gênero nesse espaço após o Bolsa Família.

O trabalho está divido em quatro capítulos. O Capitulo 1 aborda a fundamentação teórica da pesquisa, fazendo uma discussão das categorias de análise da epistemologia geográfica para o tema estudado, fazendo um levantamento da trajetória das Políticas Públicas Sociais de Transferência de Renda do Governo Federal brasileiro. Neste capítulo é discutido o Programa Bolsa Família: como ocorre essa transferência de renda, das condicionalidades do programa e como é feita a gestão dessa assistência social no município de Porto Velho/RO, bem como um breve relato da trajetória da fome no Brasil.

O capítulo 2 apresenta os caminhos da pesquisa na área rural, bem como são delineados o método da pesquisa e os procedimentos metodológicos utilizados para se chegar aos resultados após as análises. Nesse capítulo procuramos fazer um pequeno levantamento da história do Assentamento Joana D’Arc III.

O capítulo 3 traz os resultados e as discussões da pesquisa, momento em que foram analisados e tabulados os resultados dos questionários aplicados no

assentamento Joana D' Arc III. Os resultados demonstram como está inserido o PBF dentro da comunidade, quais as dificuldades encontradas para os assentados terem acesso ao benefício e quais as vantagens que esse programa de transferência de renda trás para as assentadas beneficiadas. Ainda nessa seção é analisado o modo de vida das mulheres trabalhadoras rurais, buscando identificar em quais políticas públicas elas estão inseridas.

O capítulo 4 é constituído pela apresentação do registro fotográfico feito durante o trabalho de campo, possibilitando conhecer a comunidade através de fotografias. Por fim, as Considerações Finais são identificados os o impactos dos programas de políticas públicas sociais de transferência de renda nas famílias do Assentamento Joana D'Arc III. E por fim as considerações finais.

CAPITULO I

ABORDAGEM TEÓRICA DAS CATEGORIAS DE ANÁLISES DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA

Fotografia 01 – Assentamento Joana D'Arc III – Linha 17.

Fonte: SCHAEFER, A. P. B. 2014.

1.1 O Espaço Rural e suas Relações Sociais na Geografia Humana

Nesse primeiro capítulo procuramos fundamentos teóricos na ciência geográfica, especificamente na geografia humana, para entender o espaço rural, no contexto das relações sociais de gênero, bem como as políticas públicas que estão sendo construídas nesse espaço. Para tal, tivemos como alicerce os seguintes conceitos: espaço, lugar, gênero, geografia feminista e políticas públicas sociais.

Compreender o espaço social, e as relações que nele ocorrem no meio rural, é de fundamental importância para as análises e reconstruções de ideias. As relações sociais são agentes que moldam a estruturação do espaço, pois cada membro desse espaço social, através de seu conjunto de atividades, estará influenciando o desenvolvimento do espaço.

De acordo com Marafon (2009, p. 05),

> o rural emerge como um espaço híbrido, que apresenta um complexo jogo de inter-relações, com agentes naturais e sociais e uma grande diversidade e dinamismo.

Nesse contexto, o espaço rural se caracteriza pelas múltiplas funções, como as agroindustriais (produção familiar), podendo ter atividades agrícolas e não agrícolas, criando uma interação espacial. Os assentamentos rurais foram criados com a finalidade do acesso à terra, visando uma organização da produção familiar na agricultura, sendo possível notar, nesse espaço, uma construção específica de identidade social. Neves (1999, p. 8) discorre afirmando:

> o assentamento constitui uma unidade social local de construção de identidades de pertencimento, a partir da vivência de experiências comuns. Sua especificidade decorre do fato de que, neste espaço, se objetivam rupturas nas posições sociais e, por consequência, nas relações de poder e na visão de mundo, cujos desdobramentos são de diversas ordens.

O espaço geográfico é constituído pelas relações sociais que os grupos estabelecem entre si e a natureza, do passado e do presente, através de processos e funções, bem como caracterizam esse espaço pelo uso de técnicas e símbolos específicos de cada espaço criado. Santos (2012) define que a principal forma de relação entre o homem e o meio, ou seja, a principal forma do homem se relacionar no espaço é dada pela técnica, a qual é um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o ser humano realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço.

A aplicação da técnica no espaço ocupado por homens e mulheres ocorre pela necessidade de cada sociedade, por isso há lugares com técnicas mais avançadas e outros com técnicas mais arcaicas, porém as duas têm o mesmo objetivo: atender a necessidade de cada indivíduo. Com o avançar das técnicas, há uma transformação no espaço, a exemplo do que aconteceu com o surgimento da mecanização no campo, uma vez que o espaço rural ganhou outra dimensão com o surgimento dessas inovações tecnológicas. Contudo, vale ressaltar que não foi em todo o espaço rural que houve transformações, ainda existindo aqueles que preferem o modo braçal de trabalhar no campo. Não podemos dizer, entretanto, que esses sejam ultrapassados ou que não avançam no tempo, mas afirmar que as técnicas escolhidas por eles suprem as suas necessidades.

O espaço é o principal objeto de estudo da Ciência Geografia, e entender esse objeto é requerer uma interpretação dos espaços materiais e simbólicos que são distintos, havendo, no entanto, uma interação entre eles.

> O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais (...) o espaço evolui pelo movimento da sociedade total (SANTOS, 1978, p. 171).

Nessa visão do autor, o espaço é o resultado dos processos sociais, em que cada sociedade produz seu espaço como lugar de sua própria reprodução, tendo como estrutura a organização feita pelo homem. O espaço está ligado diretamente às questões social, cultural e simbólica nas relações sociais, uma vez que para Castro, Gomes e Corrêa (2012), a ideia de espaço evoca as diferentes formas assumidas pelo processo de estruturação social. Nesse sentido, o espaço, mais do que manifestação da diversidade e da complexidade sociais, é, ele mesmo, uma dimensão fundadora do “ser no mundo”, mundo esse – tanto material quanto simbólico – que se expressa em formas, conteúdos e movimentos.

Dentro da epistemologia da geografia ainda contamos com Ratzel que contribui para os estudos geográficos, o qual apresenta o seguinte conceito de espaço:

> os espaços terrestres, considerados como “habitado do gênero humano” não permanecem imutáveis, especialmente porque o homem, mediante povos meio que buscam para si (por exemplo, as comunicações), modifica suas relações com eles, e também pelo efeito das transformações que a Terra por si própria sofre. A humanidade vai se apegando cada vez mais à Terra, harmoniza-se cada vez mais com ela e se multiplica estabelecendo

> com a Terra um contato cada vez mais íntimo e utilizando cada vez mais habilidade as condições dadas (RATZEL, 1990, p. 47).

Este conceito de espaço é caracterizado pelo lugar vivenciado, sendo o laço que o ser humano faz com o local geográfico habitado por ele que, no decorrer do tempo, vai sofrendo transformações e, assim, a sociedade também sofre essas transformações, adaptando-se à nova configuração do espaço.

Para entendermos essa relação do espaço na geografia humana, e como ela está organizada nesse universo da ciência geografia, utilizamos Tuan:

> a Geografia Humanística procura valorizar a experiência do indivíduo ou do grupo, visando compreender o comportamento e as maneiras de sentir das pessoas em relação aos seus lugares. Para cada indivíduo, para cada grupo humano, existe uma visão do mundo, que se expressa através das suas atitudes e valores para com o quadro ambiente. É o contexto pelo qual a pessoa valoriza e organiza o seu espaço e o seu mundo, e nele se relaciona (1985, p. 22).

Desta forma, é a geografia humanística tem o aporte para definir essa relação do espaço com a sociedade. Segundo o autor, é através do indivíduo que o espaço é construído, sendo possível afirmar que cada grupo possui uma cultura que será enraizada nesse espaço ocupado por ele.

1.2 Geografia e Gênero: em uma perspectiva feminista

Os estudos de gênero estão ligados pela multidisciplinariedade. Podemos, neste sentido, observar que existem vários estudos na temática de gênero que buscam identificar as relações de gênero no meio social, estudos das mulheres e estudos feministas, possibilitando uma metodologia de categorias de análises críticas, já que essa “diferença” de gênero está ligada pela cultura patriarcal que existe há anos na sociedade. Contudo, esses estudos dentro da ciência geográfica ainda são recentes.

> Os Estudos de Gênero redimensionaram e desconstruíram as concepções epistemológicas tradicionais, enriquecendo-as, ao adotar um ponto de vista não discriminatório. O objetivo fundamental das acadêmicas feministas tem sido o degestar um re-acondicionamento do espaço científico/acadêmico e estimular a produção de um conhecimento científico não sexista (YANNOULAS; VALLEJOS; LENARDUZZI, 2000, p. 427).

Nessa perspectiva, podemos notar que a produção científica na temática de gênero ainda é pequena devido ao histórico das mulheres na ciência. Somente no século XX é que elas começaram a ter acesso às universidades e, mesmo estando

inseridas no mundo acadêmico, elas tinham um espaço limitado, visto que as primeiras graduações que muitas delas acessaram foram as de enfermagem e as de licenciaturas.

> Debater sobre o trabalho das mulheres, a questão da pobreza e as políticas sociais, nos coloca a necessidade de retomar a contribuição do movimento feminista para a emergência de uma agenda política específica e de recuperar a contribuição para a introdução desses temas nos estudos acadêmicos e em processos de formulação política (NALU, 2011, p. 229).

Foi com o surgimento dos movimentos feministas, no século XX, que os estudos de gênero começaram a ter força. Muitos confundem o objetivo dos movimentos feministas, achando que as mulheres querem ser superiores aos homens, que elas querem tomar o lugar dos homens, medindo forças entre os "sexos", sendo que o verdadeiro objetivo dos movimentos é a igualdade de direito entre ambos. No Brasil, esse direito é constitucional desde quando foi promulgada a Constituição Federal, em 1988, que apresentou em seu Artigo 5º: "I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição". Além de buscar uma igualdade de gênero, as mulheres lutam para serem libertadas do patriarcado. Desta forma, entende-se por movimento feminista:

> refere-se aos movimentos ou conjuntos de pensamentos que defendem a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Muitas vezes são alvos de conotações pejorativas, por entender-se que se trata do contrário do machismo. No entanto, o contrário do machismo, que prega a superioridade do homem sobre a mulher, seria o feminismo, que pregaria a superioridade da mulher sobre o homem (YANNOULAS; VALLEJOS; LENARDUZZI, 2000, p. 426).

As mulheres sofrem opressão até quando estão lutando por seus direitos, pois algumas pessoas (tanto homens quanto mulheres) que desconhecem o movimento feminista, distorcem seu objetivo, sugerindo opiniões que só atrapalham o processo de equidade de gênero.

Para entendermos melhor o que é gênero, vejamos o conceito de Silva (2009, p. 23):

> gênero é um agrupamento de ideias e opiniões que a sociedade constrói através de uma cultura do que é ser homem e do que é ser mulher. Tal conceito permite compreender que não são as diferenças dos corpos de homens e mulheres que os posicionam em diferentes hierarquias, mas sim a simbolização que a sociedade faz delas.

Com isso, estudar a relação de gênero não está no fato da sexualidade biológica, mas sim nas ideias constituídas, histórica e culturalmente, pela sociedade

acerca do papel feminino e masculino que são criados desde o nascimento, quando é imposto às crianças o que elas devem fazer ou não devem fazer, pelo simples fato de serem menina ou menino.

A busca das mulheres por um território coletivo foi o elo para as rupturas do acesso aos locais públicos, através da busca pelos seus direitos civis e políticos. É nesse momento que a mulher entra no espaço da coletividade, conquistando o direito de votar e o direito de sua inserção no mercado de trabalho formal, rompendo as fronteiras do espaço público, ocupado prioritariamente pelos homens. Gomes (2012) discorre sobre dois tipos de compreensão de espaço público: uma, a estrutura física (ruas, praças, jardins, entre outros) e outra a que seria o abstrato, teórico, fundamento da vida política e democrática, objeto de análise da ciência política.

Através da categoria de análise de gênero é possível identificar a relação social entre homem e mulher. Assim, procurando identificar a equidade de gênero no meio rural, usamos a categoria de análise de gênero. Para Nascimento Silva e Silva (2012), gênero é uma categoria de análise social bastante reconhecida nas ciências humanas e sociais. A abrangência conceitual permite análises sobre a influência de gênero tanto na constituição da ordem social, quanto na produção de subjetividades. Desta forma, as representações de gênero, no contexto das relações sociais, tornam-se categorias de análises para identificar essas diferenças entre homem e mulher no convívio social.

Nessas relações sociais de gênero são notadas a desigualdade de gênero, em que o homem é colocado em posições mais benéficas que a mulher, seja no trabalho ou em casa. Exemplo nítido é a mulher que tem sua jornada de trabalho no lar, lavando, passando, cozinhando, cuidando dos filhos e do marido, e, ao final de tudo, quando o marido é perguntado no que sua esposa trabalha, a resposta é sempre a mesma: “minha esposa não trabalha”. Podemos observar até mesmo as mulheres reproduzindo essa fala, “eu não trabalho” ou “eu só trabalho em casa mesmo”.

O espaço temporal é um fator que nos leva a analisar os progressos da equidade de gênero, ou seja, as mulheres ocupam, atualmente, espaços que eram exclusivos dos homens, como a docência, que era uma profissão completamente masculina. O espaço e o tempo, bem como a cultura, são divisores em relação à divisão sexual do trabalho.

No mercado de trabalho formal também é vista a desigualdade de gênero, quando a mulher tem uma posição maior de autoridade frente ao homem; logo, vem o repudio por parte dos homens, por não quererem ser “mandados” por uma mulher. Outro fator de desigualdade é o salário menor e a não valorização do trabalho da mulher, uma vez que podemos pontuar a questão da promoção em que, mesmo ela sendo mais capacitada para assumir o posto, esse lugar não lhe é dado pelo fato de ser mulher e ser mãe, e não ter tempo “exclusivo” para a empresa, visto que, com o homem, não há essa preocupação, porque sempre haverá o papel da mãe.

1.3 As Relações de Gênero no Espaço Rural

A mulher está presente desde a ocupação das terras do Assentamento Joana D’Arc III, quando ele surgiu através dos movimentos MCC (Movimento dos Camponeses de Corumbiara) e MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra). Sendo que elas participavam das pressões realizadas pelos movimentos, mas sem ter o reconhecimento de fato. Essas mulheres que participaram do MCC, fixaram-se nas agrovilas quando foram assentadas em Joana D’Arc III.

Essas mulheres têm uma história de luta para conseguir um pedaço de terra, pois muitas vieram de outros estados na busca de um lote para morar com as suas famílias. Assim, ao chegarem ao assentamento, começaram a passar pelos primeiros obstáculos: o acesso dificultado para adentrar aos seus lotes e a não existência de estradas, uma vez que o que havia eram apenas picadas no mato.

O trabalho desenvolvido pelas mulheres é, também, árduo, porém não valorizado, pois os seus companheiros intitulam alguns destes trabalhos realizados por elas como “ajuda”, conforme discorre a autora Maria das Graças Silva Nascimento Silva, pesquisadora do mesmo lócus dessa pesquisa.

> Além da responsabilidade de todo o trabalho ligado à casa, as mulheres trabalham nas atividades da agricultura juntamente com seus companheiros. Embora elas desempenhem atividades na lavoura juntamente com os homens, seus companheiros consideram a atuação feminina no trabalho agrícola como “uma ajuda” e não propriamente como um trabalho produtivo. Isso se reflete nas tomadas de decisões sobre a propriedade, que, em geral, são masculinas. O trabalho da mulher rural continua sendo considerado apenas na esfera reprodutiva, invisível e desvalorizado; já o trabalho expressão monetária, o que gera sua valorização na sociedade (NASCIMENTO SILVA, 2011, p. 141).

A mulher no espaço rural tem até tripla jornada de trabalho, pois muitas não

sabem diferenciar trabalho de lazer. Quando perguntadas sobre o tipo de lazer que costumam ter no assentamento, podemos ouvir, de muitas, que varrer o quintal é um lazer, porém sabemos que essa atividade não é considerada lazer, mas sim uma atividade laboral.

1.4 O Empoderamento Feminino através das Políticas Públicas Sociais: uma estratégia do Programa Bolsa Família

O empoderamento feminino vem ocorrendo através das políticas públicas, construindo um novo cenário nas relações de gênero. Para Nascimento Silva (2011), consideram-se quatro dimensões de empoderamento: pessoal, econômica, social e política. O econômico feminino está vinculando ao aumento de renda, à questão nutricional e à qualidade de vida da família, bem como ao controle das mulheres no resultado econômico. A dimensão pessoal está ligada à autoestima e à autoconfiança. O nas dimensões social e política vinculam-se à questão da submissão que a mulher tem de questionar e mudar seus questionamentos e pensamentos.

Assim, os programas sociais, principalmente os de transferência de renda, têm como público famílias em estado de vulnerabilidade social, gerando empoderamento familiar. É nesse contexto que as mulheres começam a se empoderar, conquistando a autonomia financeira e pessoal. Desta forma, o programa de transferência de renda PBF veio com a missão de criar esse leque entre as mulheres beneficiadas.

> Mulheres são o foco central do programa Bolsa Família e muitas transformações na situação familiar estão diretamente ligadas às normas, valores e papéis que as mesmas desempenham neste contexto. Diante disto, o desenvolvimento de estudos sobre o Bolsa Família, que introduzem a perspectiva de gênero e de empoderamento feminino, são fundamentais para ampliar o conhecimento de aspectos que precisam ser ajustados ou modificados, não somente no âmbito do referido programa, mas de outros de natureza similar, para possibilitar a melhoria da qualidade de vida de milhares de mulheres brasileiras (NADUZ; SIMÃO; FONSECA, 2012, p. 4.)

O Programa Bolsa Família contribui com o empoderamento feminino através das condicionalidades impostas pelo programa, ou seja, é a mulher que tem prioridade no cadastramento, ficando como responsável familiar. A Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, Artigo 23-A menciona: “o titular do benefício do Programa

Bolsa Família será preferencialmente a mulher, devendo, quando possível, ser ela previamente indicada como responsável pela unidade familiar" no ato do cadastramento. Com isso, a mulher recebe o cartão magnético para realizar os saques do benefício em caixas eletrônicos, em seu nome.

Fica evidenciado que a mulher beneficiária do PBF e moradora de Joana D'Arc III está adquirindo o seu empoderamento social, econômico, pessoal e político com o auxílio deste programa, mudando, assim, as perspectivas e seus modo de vida.

> Empoderamento na perspectiva feminista é um poder que afirma, reconhece e valoriza as mulheres; é precondição para obter a igualdade entre homens e mulheres; representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero. Implica a alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição subalterna da mulher como gênero; significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e as violações (LISBOA, 2008, p. 2).

Nesse contexto, o empoderamento feminino está ligado pelas relações de gênero, mudando o espaço ocupado por elas que sofre transformações devido a autonomia que passam a ter por meio do empoderamento. Esse processo ainda é lento no assentamento, porém muito significativo para as histórias de vida dessas mulheres.

1.5 Políticas Públicas Sociais e suas Relações Espaciais no Contexto de Programas de Transferência de Renda

Compreender a organização do espaço social implica não somente em analisar o espaço em si, mas também as relações sociais do cotidiano como um todo. Configurando-se, assim, a relevância da pesquisa em relação aos trabalhadores rurais de Joana D'Arc III, visto que os mesmos passaram e estão passando por uma transformação no seu espaço. Após as construções dos empreendimentos do Madeira, o assentamento necessita das ações de políticas públicas do Estado.

> A política pública pode ser entendida como o meio de o Estado intervir em questões sociais expressas pelo conjunto de desigualdades (re)produzidas pelas contradições do modo capitalista de produção e consequentemente pelas relações sociais. Essa política de responsabilidade estatal deve ser

> apreendida no contexto político, social, cultural e econômico atendendo a lógica do Estado que executa de acordo com o interesse de grupos e classes sociais (LINDO, 2011, p. 61).

Nessa perspectiva, as políticas públicas do governo estão evidenciadas nas ações públicas com a sociedade, podendo elencar entre elas a educação, a saúde, a assitência social, entre outras, sendo necessário assegurar o direito do cidadão e o dever do Estado seja cumprido, o que se situa nos confrontos de interesses de grupos e classes sociais, promovendo o bem-estar da sociedade.

Usamos também a definição de Texeira (2002) que afirma que as políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público, são regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que, normalmente, envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções, as declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas, também, as “não-ações”, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos. Nessa linha de pensamento, entendemos que políticas públicas são assistências governamentais para a sociedade.

A Constituição de 1988 instituiu a assistência social como uma política pública de seguridade social. Todavia, sua legitimidade só foi conquistada a partir de 1993, com a regulamentação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), cuja definição está no Capítulo I:

> Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993)

Conforme a lei supracitada, a assistência social passou a fazer parte de uma política pública que buscou garantir as necessidades básicas da sociedade, visto que ela é um direito social e o Estado tem por obrigação cumpri-la.

Os Programas de Transferência de Renda surgiram na década de 1970, no âmbito da previdência social e tiveram como pioneiro o programa chamado de Renda Mensal Vitalícia – RMV (Lei 6.179, de 11 de Dezembro de 1974). Seu público-alvo eram pessoas portadoras de necessidades especiais e idosos que se

encontravam em estado de pobreza, quando a renda familiar não conseguia manter a sobrevivência da família. Tinha como objetivo a transferência de renda de um valor monetário de meio salário mínimo para aquelas pessoas que já haviam trabalhado e, consequentemente, contribuído com a previdência, porém por um período curto que não permitia receber o benefício previdenciário total. Nessa época, o Brasil passava pela Ditadura Militar e quem estava no comando era Ernesto Geisel.

O RMV passou a ter maior importância em 1988, com a promulgação da Constituição Federal e com a aplicação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), passando de RMV para Amparo Assistencial/LOAS, desvinculado da previdência social. Continuou, entretanto, com o público da RMV, mas eles não precisavam de nenhuma contrapartida, ou seja, não precisavam ter contribuído em hipótese alguma com a previdência social.

Nos dias atuais, esse programa é bem evidenciado, tendo como valor monetário um salário mínimo, sendo reajustado todo ano. Surgiu com uma nova nomenclatura, Benefício de Prestação Continuada – BCP, tendo como gestor o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Tem como responsável pela implementação, coordenação, regularização, financiamento, monitoramento e avaliação dos benefícios, a Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS, e o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS como órgão operador do programa.

Os programas de transferência de renda existentes nesse período ganharam força com a promulgação da Constituição Federal de 1988, em que os direitos sociais ganharam destaque. Para Rocha,

> a constituição de 1988 tinha trazido mudanças importantes na ampliação do acesso a direitos sociais, das quais a mais emblemática é a questão do acesso aos serviços de saúde que se torna universal, independentemente de contribuições específicas, previdenciárias ou outras. No que concerne às transferências de renda assistenciais, a constituição de 1988 as universaliza para todos os idosos e portadores de deficiência definidos como pobres, desvinculando-os da componente previdenciária/contributiva original da legislação que lhes deu origem na década de 1970 (ROCHA, 2013, p. 13).

Nessa perspectiva, as políticas públicas do governo estão evidenciadas nas ações públicas com a sociedade, podendo elencar entre elas a educação, a saúde, a assitência social, entre outras, sendo necessário assegurar o direito do cidadão para que o dever do Estado seja cumprido, o que se situa nos confrontos de interesses de grupos e classes sociais, promovendo o bem-estar da sociedade.

O Programa Bolsa Escola, que também foi um programa de transferência de renda, tinha como objetivo famílias em estado de pobreza que buscavam o incentivo à educação das crianças. Antes de surgir o Bolsa Escola em nível federal, houve tentativas locais de municípios com incentivo do governo federal. Contudo, essas tentativas foram fracassadas, como aconteceu em Rondônia, com o Programa do Governo de transferência de renda chamado de Bolsa Futuro, o qual não teve êxito.

O Bolsa Escola surgiu no Governo Fernando Henrique Cardoso (Lei 9.533, de 10 de dezembro de 1997), sendo a primeira fase um fracasso, enquanto a segunda fase do programa ocorreu em 2001. Logo após o lançamento da segunda fase do Bolsa Escola, ainda em 2001, foi lançado o Bolsa Alimentação (BA), que tinha como gestor o Ministério da Saúde (MS) e objetivava a nutrição e a sáude para gestantes e crianças de baixa renda. O Bolsa Alimentação, como também o Bolsa Escola, eram programas com condicionalidades, porém distintos, tendo suas fases individuais e, assim, essa forma de direção não foi eficaz.

Outro programa em destaque foi o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), criado em 1996, que teve a iniciativa do Ministério Público. Como o nome já relata, o objetivo do programa é o combate ao trabalho infatil.

> Em 1997 o programa foi implantado na zona canavieira de Pernambuco e na de sinal da Bahia, havendo ainda inciativas esparsas do programa nos estados de Amazonas e Goiás. Em 1998 foi estendido a áreas de culturas citricas em Sergipe, mineradoras de Rondônia e de cana-de-açúcar do Rio de Janeiro e a partir de 1999, o programa se expandiu para coibir o trabalho penoso de crianças e adolescentes em diversas atividades urbanas e rurais por todo o país (ROCHA, 2013, p. 67).

É notavel que esse programa de transferência de renda teve um grande diferencial dos outros lançados, com a condicionalidade que os beneficiários precisavam cumprir focalizando o desenvolvimento escolar das crianças de 7 a 14 anos. Mais tarde, esse programa se unificou aos outros e formaram o Bolsa Família (BF).

O auxílio-gás, programa também de transferência de renda, tinha como objetivo tirar a despesa da família com o gasto do botijão de gás de cozinha. Teve início em 2000, porém esse benefício apresentou dificuldades de consolidação devido a falta de planejamento na aplicação dos critérios de recebimento, visto que não existia uma renda pré-estabelecida para as familias poderem recebê-lo.

Na gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva esse cenário de políticas públicas assistencialistas foram tendo mais visibilidade, surgindo novos programas

de transferência de renda, e reestruturando os já existentes que tinham como objetivo principal combater a fome. Assim, nasce o Programa Fome Zero:

> o Programa Fome Zero foi lançado em janeiro de 2003 na gestão do governo de Luiz Inácio Lula da Silva como Política Pública de Combate à Fome. Tinha como slogan: “O Brasil que come ajudando o Brasil que tem fome”. Para administrar o programa, assim como gerir os programas sociais do governo, foi criado, em outubro de 2003, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (DURIEUX, 2011, p.).

O Programa Fome Zero foi o ponto de partida para a criação do Programa Bolsa Família. Reis (2008) destaca que sua operacionalidade ocorreu através do Cartão Alimentação que garantia recursos financeiros ou o acesso a alimentos em espécie. Tinha como objetivo lutar contra a insegurança alimentar, enquanto outras medidas e ações seriam implementadas para assegurar às famílias segurança alimentar. O Cartão Alimentação era concedido para pessoa ou família com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo, fornecendo-lhe R$50,00 mensais para a compra exclusiva de alimentos. O Cartão Alimentação tinha vigência de seis meses, com período prorrogado por, no máximo, 18 meses.

Entretanto, o programa não atingiu o seu objetivo principal que era combater a fome e a pobreza, transformando-se em mais um programa assistencial sem usufruto. Com isso, o Governo Federal modificou o programa, conforme relata Durieux (2011): em outubro de 2003, o Governo Federal decidiu unificar os benefícios sociais: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e o Auxílio Gás num único programa, que recebeu o nome de Programa Bolsa Família (PBF).

Atualmente, os principais programas de Transferência de Renda são: Benefício de Prestação Continuada – BCP (que tem como operador o INSS), Bolsa Verde, Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, Auxílio Defeso Pesca Artesanal e o Bolsa Família, que trabalham com condicionalidades que devem ser cumpridas pelas famílias beneficiadas. O maior desses programas é o Bolsa Família.

1.6 A Fome ocasionada pela pobreza e extrema pobreza

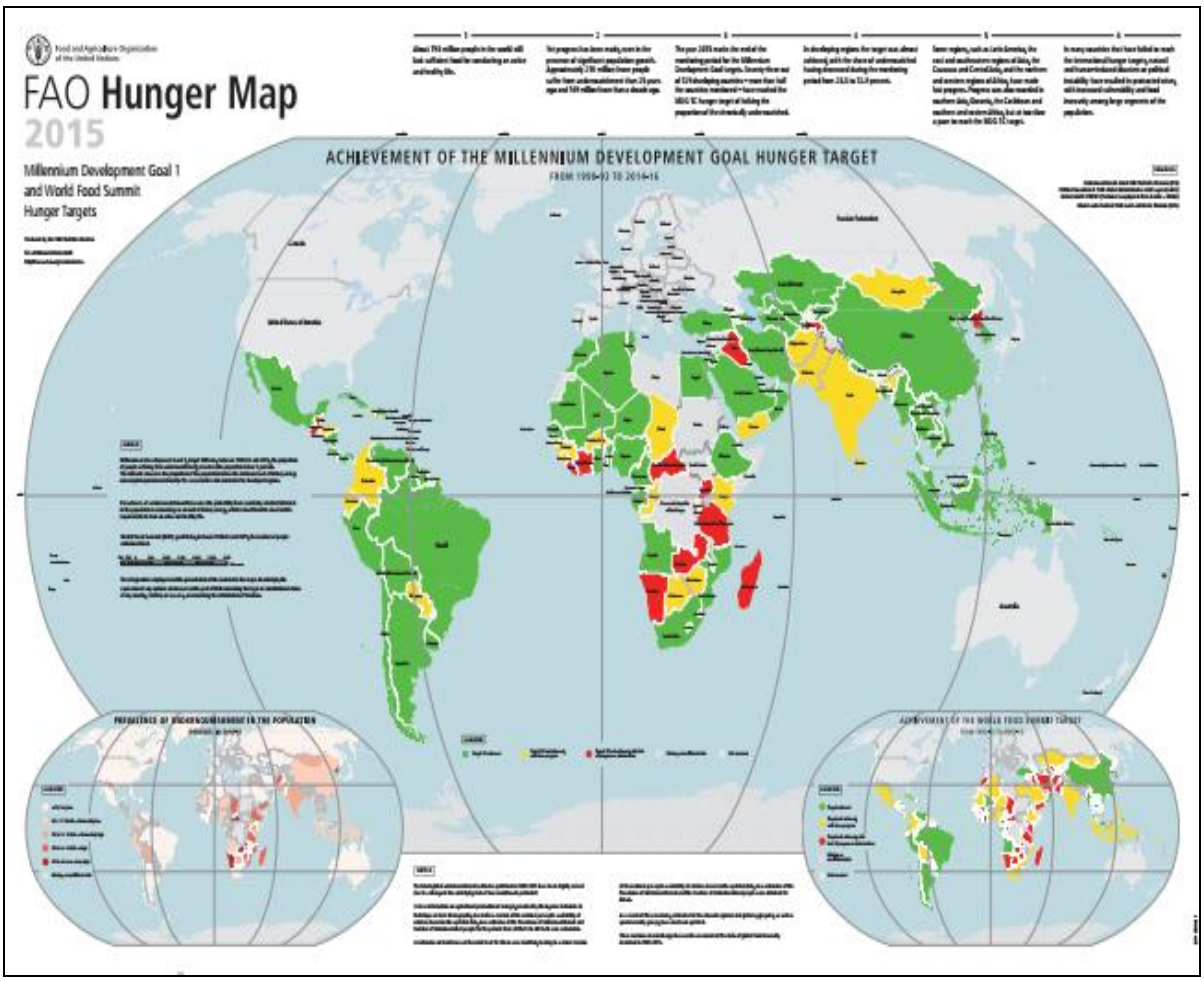
A fome é um fenômeno social, geograficamente universal, distribuído por todos os continentes do nosso planeta, que já matou e ainda continua matando milhares de pessoas, sendo que há vários motivos que levam a esse fenômeno.

Em Castro (1965) encontram-se relatos sobre a história da fome no mundo. Para o autor, cerca de dois terços da população mundial viviam, considerando o

referido contexto temporal, em estado permanente de fome, por falta de recursos. Na China do século XIX, cerca de 100 milhões de indivíduos morreram de fome e no século XX, 20 milhões de pessoas perderam suas vidas por este mesmo motivo. A fome aparece como elemento principal em todos os continentes: América do Norte, América Central, Ásia, África e América do Sul, movimentando a vida do homem em torno de sua subsistência, de acordo com a região geográfica em que habita, do espaço, do meio ambiente e tipo de vida

Conforme dados da Organização das Nações Unidas, a fome diminuiu cerca de 100 milhões em nível mundial. Contudo, ainda há 805 milhões de pessoas que são atingidas por ela, o que equivale que um a cada nove habitantes do planeta não possuem alimentos suficientes.

Figura 01 – Mapa Da Fome



Fonte: Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - ONU. Mapa da Fome. 2014-2015.

Como podemos observar na Figura 01 do Mapa da Fome organizado pela ONU, os países que não estão no mapa na situação de subalimentação (países destacados na cor verde), classificados pela ONU como países que tiveram o Objetivo Alcançado, em 2014 o Brasil conseguiu alcançar o objetivo e conseguiu sair da lista dos países. Ainda estão em estado de “fome” os países da América do Sul que ainda estão em estado de subalimentação/subnutrição são: Equador, Paraguai e Colômbia, que são os destacados em amarelo no Mapa da Fome, com a classificação de meta não alcançada, com lento progresso.

Os países em vermelho são os que não alcançaram a meta, com falta de progresso e deterioração, como exemplos: Guatemala, Iraque, Libéria, entre outros. Ainda temos as classificações com dados em falta ou insuficientes e os não avaliados.

1.6.1 A Trajetória da Fome no Brasil

A fome assola o Brasil desde o período da colonização, e já dividia as classes sociais: os europeus importavam seus alimentos e os escravos sofriam com a escassez alimentar. Desde então, alguns precursores brasileiros enfrentaram esse tema e seus enfrentamentos foram fundamentais para alcançar, em 2014, a saída do Brasil do mapa da fome. Estamos falando de Josué de Castro que teve seus direitos políticos cassados pelo regime militar de 1964 e não conseguiu retornar vivo ao Brasil e de Herbert José de Souza, conhecido como Betinho, sociólogo ativista dos Direitos Humanos, vítima também do golpe militar de 1964, passou um período fora do Brasil, fundou o Instituto Brasileiro de Análise Econômica – Ibase, em 1980, ficou conhecido pelas campanhas contra a fome.

> Brasil foi reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) com um país livre da fome. Essa conquista decorre da decisão política de promover o crescimento econômico com distribuição de renda e o desenvolvimento de diversas políticas públicas com grande impacto nas famílias em situação de vulnerabilidade social, com impressionantes resultados alcançados na redução das desigualdades e da pobreza, que são objeto de amplo reconhecimento internacional (FAO, 2014, p. 1).

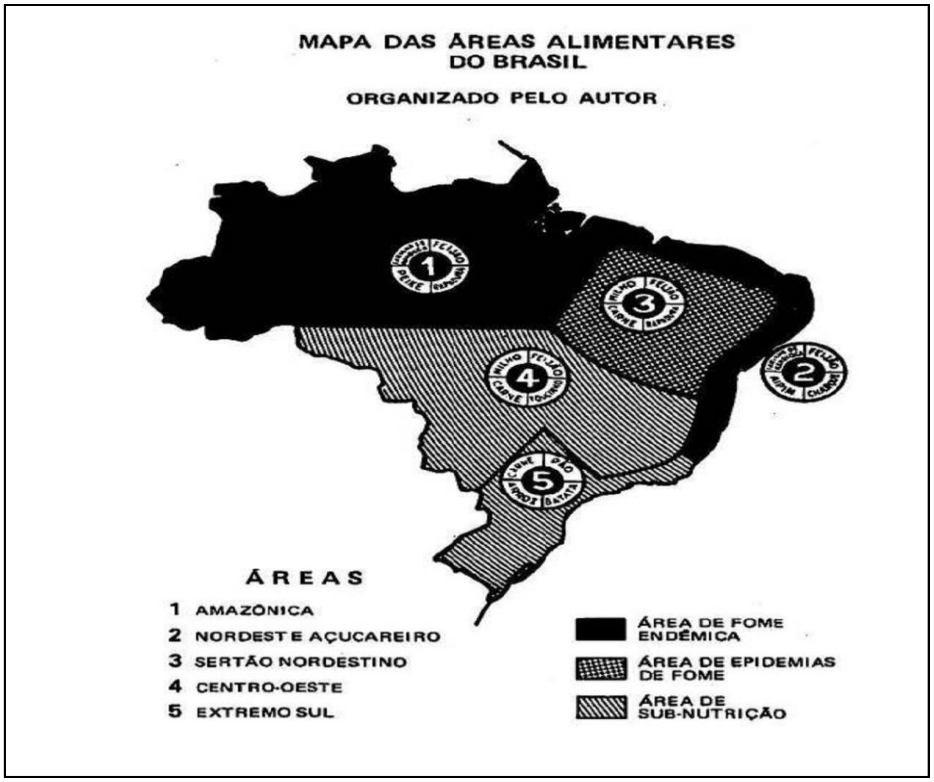
O Brasil saiu do mapa da fome somente em 2014; a trajetória foi longa, as famílias brasileiras consideradas na linha da extrema pobreza, que são as que

sofrem com a fome, têm renda per capita de até 70,00 reais, ou seja, a renda total da família é somada e dividida pelos seus componentes.

Josué de Castro, no clássico livro Geografia da Fome, classificou o Brasil em cinco áreas alimentares: Amazônia, Nordeste Açucareiro ou Zona da Mata Nordestina, Sertão Nordestino, Centro-Oeste e Extremo Sul, porém nem todas essas áreas eram de fato áreas de fome. Dessas, três são consideradas áreas de fome pelo autor, a Amazônia, o Nordeste Açucareiro ou Zona da Mata e o Sertão Nordestino, classificando, ainda, as áreas em Fome Endêmica, Epidemias de Fome e Subnutrição.

As áreas de fome endêmica são aquelas que pelo menos a metade de sua população manifesta permanente carência alimentar nos seus estados de nutrição, já nas áreas de epidemia de fome se considera transitória essa carência alimentar.

Figura 02 – Mapa das áreas alimentares do Brasil.



Fonte: Castro. Pg 31. 1984

Como podemos vislumbrar na figura, a Amazônia e o Nordeste Açucareiro eram consideradas áreas de fome endêmica e o Sertão Nordestino área de

epidemia de fome. Já o restante se encaixava nas áreas de subnutrição, porém essas áreas não sofriam com a falta de alimento de fato.

> A filosofia do desenvolvimento brasileiro nos últimos anos foi concebida dentro desta idéia de *desenvolver* mais o já *desenvolvido* e não de integrar no sistema econômico nacional as aluais áreas marginais, tais como o Nordeste e a Amazônia. O caso do Nordeste é o mais alarmante porque aí se concentra um terço da população brasileira, que vive em condições econômicas bem precárias, como tive ocasião de demonstrar. E no entanto toda a política econômica brasileira conspira contra a verdadeira integração econômica desta área do país. (CASTRO, 1984, p. 271.)

Para o autor, a população dessas áreas mais atingidas necessitava de uma assistência do governo federal, pois vários fatores elevavam a estatística da fome nessas localidades, principalmente o Nordeste que sofre com a seca, agravando mais as situações das famílias. Tentar combater a fome é impedir que centenas de pessoas morram por causa dela, bem como é diminuir a taxa de mortalidade infantil – uma vez que grande parte das causas estavam relacionadas à desnutrição.

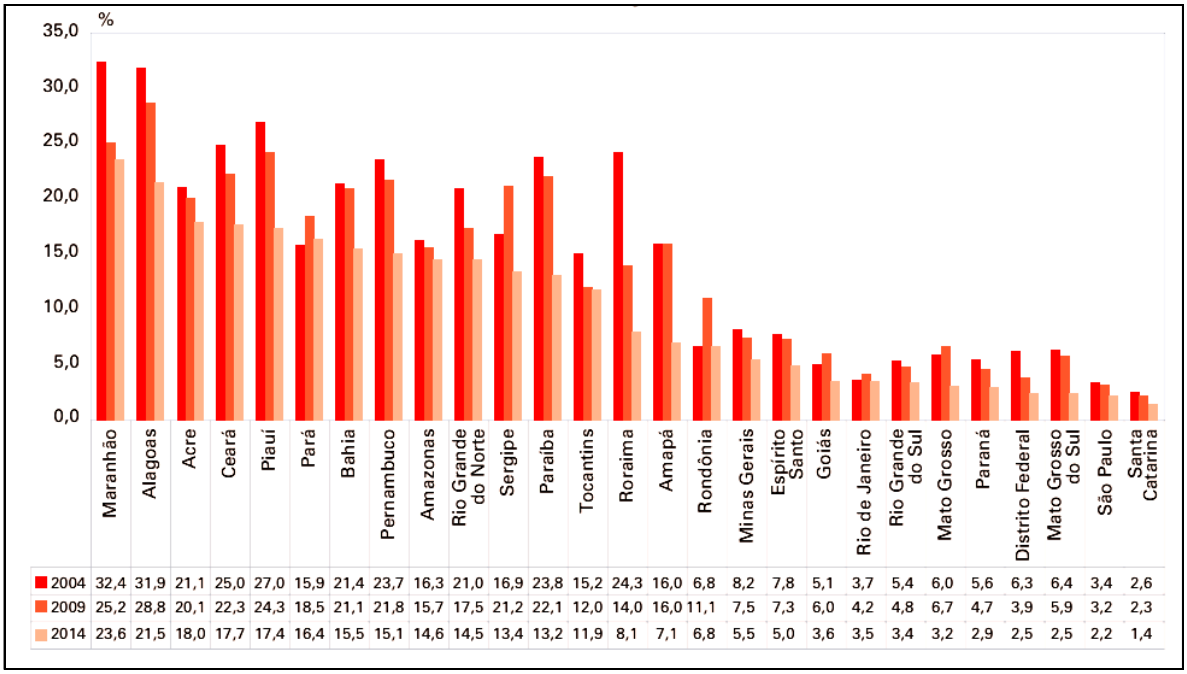
De acordo com o IBGE, as quatro cidades mais pobres do Brasil encontram-se no Estado do Maranhão: Bela Água, Marajá do Sena, Fernando Falcão e Centro Guilherme. A cidade de Bela Água fica cerca de 70km distante dos lençóis maranhenses, um local de belezas naturais e que atrai milhares de turistas, tendo 7 mil habitantes, sendo que 40% moram na área rural e possuem uma renda per capita de 140,00 reais por mês. A cidade apresenta, ainda, pessoas que sofrem com a falta de alimentos e crianças desnutridas que se alimentam de farinha, água e sal, um contraste social.

Centro do Guilherme, também no Estado do Maranhão, possui a população mais miserável do país: 96% de sua população (11 mil habitantes) estão em estado de pobreza e a maior parte mora em assentamentos rurais, sendo que as casas são feitas de barro.

A seca no nordeste contribui para esses dados, visto que o solo não é favorável para a agricultura familiar. Assim, as famílias não podendo plantar para ter o que comer, dificulta mais suas estratégias de sobrevivência nessas regiões; além disso, são cidades pequenas que não possuem empregos suficientes para toda a sua população, sendo outro fator negativo, nessas áreas, a corrupção política – os

poucos recursos públicos que vêm para a população ainda são desviados pelo poder público.

Figura 03 – Amostragem de rendimento mensal domiciliar com renda per capita de até um quarto de salário mínimo.



Fonte: IBGE (2014).

Como podemos observar na Figura 03, as famílias que têm um rendimento mensal de até ¼ do salário mínimo concentram-se na região Nordeste. Em um tempo de 10 anos (de 2004 a 2014) houve uma diminuição significativa de famílias que saíram desses perfis, sendo que, dentre essas famílias, destaca-se a mulher chefe de família, principalmente negras.

O Nordeste é a região que mais sofre com a pobreza e a fome, por isso essa região tem que ser assistida pelas políticas públicas governamentais, tanto as municipais, estaduais e, principalmente, as do governo federal. Além dos nordestinos sofrerem com a fome, ainda são vítimas dos preconceituosos de outras regiões que os discriminam por escolher governos que tentam minimizar a pobreza e extrema pobreza (foi o que podemos observamos nas últimas eleições para presidente).

O Nordeste é o que tem mais beneficiários do Programa Bolsa Família; logo, é a região com mais pessoas em estado de pobreza e extrema pobreza, pois o benefício do Bolsa Família, para muitas dessas famílias, é a única renda que eles

recebem. Mesmo sendo um valor baixo, é o que eles podem contar, não por escolha, mas sim por falta dela.

Para o Brasil conseguir sair do Mapa da Fome da FAO ele primeiro deu prioridade à fome, colocando ela no centro do seu governo. Através do poder executivo da União, por meio de políticas públicas para combater a pobreza e a fome no Brasil, conseguiu sair, em 2014, do mapa da fome com uma porcentagem de 1,7% de sua população abaixo da linha da pobreza.

No último relatório da FAO, o Brasil foi exemplo para outros países que buscam acabar com a fome. As políticas públicas adotadas pelo Brasil foram consideradas eficazes no combate à fome, uma vez que a FAO avaliou vários indicadores, não somente a renda, para construir o Mapa da Fome. O Mapa da Subnutrição alimentar nos traz alguns dados: houve uma diminuição de 100 milhões de pessoas que saíram do estado de subnutrição alimentar e, desse quantitativo, o Brasil contribui com 15 milhões nessa redução; entre os países da América Latina o Brasil foi o que mais teve redução.

As políticas públicas foram e são a principal ferramenta para o Brasil reduzir a fome e continuar reduzindo-a. Com o Brasil sem Miséria surgiram o Fome Zero, o Programa Bolsa Família, o Programa da Merenda Escolar para o ensino infantil e fundamental, a Agricultara Familiar, entre outras. Segundo o MDS, as famílias que ainda estão abaixo da linha da pobreza são aquelas que estão em áreas isoladas, como áreas indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhas e os moradores de rua. O governo, portanto, está em busca de estratégias para chegar até essas pessoas, pois elas necessitam alcançar as políticas públicas a que têm direitos.

1.7 O programa Bolsa Familia: A estratégia para a diminuição da Fome no Brasil.

Em 2003, na gestão de Lula, criou-se o Programa Bolsa Família (PBF) através da Lei nº 10.835, de 9 de janeiro de 2004. O Bolsa Família é a junção de outros programas de transferência de renda, tendo como principal objetivo combater a pobreza e a fome.

> Art. 1º - Fica criado, no âmbito da Presidência da República, o Programa Bolsa Família, destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades.

> Parágrafo único. O Programa de que trata o caput tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação - Bolsa Escola, instituído pela Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAA, criado pela Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde – Bolsa Alimentação, instituído pela Medida Provisória nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001, do Programa Auxílio-Gás, instituído pelo Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002, e do Cadastramento Único do Governo Federal, instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001 (BRASIL, 2004).

O PBF é um programa de Transferência de Renda com condicionalidades, tendo como público-alvo as famílias que se encontram em vulnerabilidade social, ou seja, famílias em estado de pobreza ou extrema pobreza, as quais não possuem renda capaz de dar sustento básico à família. Souza (2011) entende por programa de transferência de renda aquele em que o benefício recebe um valor monetário sem ter contribuição diretamente para financiá-lo ou sem alguma forma de contrapartida.

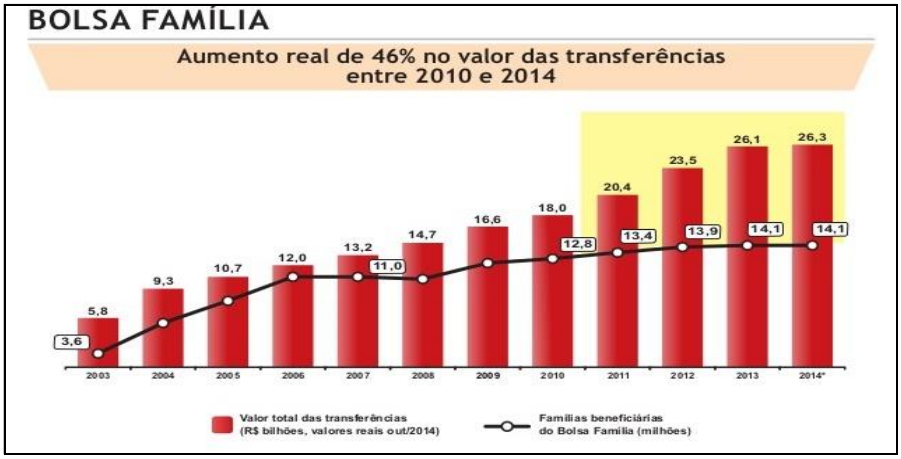
Conforme Durieux (2011), o PBF é administrado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O MDS unificou outros programas de transferência de renda, tanto condicionados (Bolsa Escola e Bolsa Alimentação) como sem condicionalidades (Auxílio-Gás e Cartão-Alimentação). Esta unificação ocorreu pela busca de superar as limitações que os programas tinham isoladamente. Os programas, atualmente chamados de remanescentes, tinham estrutura administrativa própria, forma específica de selecionar beneficiários e mecanismos para repassar os recursos. A transferência de renda tem como objetivo promover o “alívio” imediato da pobreza através de um valor monetário estipulado pelo programa.

Em todo o Brasil são 13 milhões de famílias beneficiadas com o PBF. Informações obtidas no Cadastro Único de Porto Velho informam existir 23 mil famílias inseridas no PBF e que, no assentamento Joana D’Arc I, II e III, são 259 famílias beneficiadas, sendo 219 mulheres e 39 homens. Informações do Cadastro Único de Porto Velho mostram, desta forma, que as regras do programa estão sendo cumpridas, colocando a mulher como a responsável familiar.

Em 2014, o Programa Bolsa Família esteve presente em vários debates pelo fato das eleições para presidente do país, dividindo opiniões entre os eleitores, colocando em dúvida quem foi o “criador” do programa. Hora, a lei do PBF é clara quanto a sua criação em 2003, porém há alegações que o PBF já existia, mas com

outra nomenclatura. Como foi visto, o que existia eram outros programas de transferência de renda e não o BF, mesmo sendo a junção desses programas não podemos comparar a atual transferência de renda com as criadas no período de FHC.

Figura 04 – Evolução do Programa Bolsa Família desde sua criação até 2014.



Fonte: Costa e Falcão (2014).

É claramente notável a evolução do programa em quantitativo de famílias inseridas, passando de 3,6 milhões (2003) para 14,1 milhões de famílias (2014). O Bolsa Família, até 2012, havia retirado 36 milhões de brasileiros da linha da extrema pobreza, tornando-se o principal fator para o Brasil sair do Mapa da Fome da ONU, o que significa que o Brasil tem menos de 5% da sua população em situação de subalimentação.

Tabela 01 – Quantitativo de pessoas cadastradas no Cadastro Único na Base de Porto Velho/RO.

Famílias cadastradas		
Total de famílias cadastradas	**59.403**	**09/2015**
Famílias cadastradas com renda per capita mensal de R$ 0,00 até R$ 77,00	21.966	09/2015
Famílias cadastradas com renda per capita mensal entre R$ 77,01 e 154,00	10.032	09/2015
Famílias cadastradas com renda per capita mensal entre R$ 154,01 e ½ salário mínimo	12.977	09/2015
Famílias cadastradas com renda per capita mensal acima de ½ salário mínimo	14.428	09/2015
Pessoas cadastradas		
Total de pessoas cadastradas	**165.653**	**09/2015**
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal de R$ 0,00 até R$ 77,00	72.977	09/2015

Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal entre R$ 77,01 e 154,00	34.372	09/2015
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal entre R$ 154,01 e ½ salário mínimo	38.424	09/2015
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal acima de ½ salário mínimo	19.880	09/2015

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

Em Porto Velho, conforme dados de 2015 do MDS, são 59.403 famílias cadastradas no Cadastro Único. Essas famílias fazem parte do CadÚnico, mas nem todas recebem o Bolsa Família, visto que todos que fazem parte do Bolsa Família são cadastradas no CadÚnico, mas nem todas que estão no CadÚnico são beneficiárias do Bolsa Família, pois o Cadastro Único serve para diversos programas sociais dos governos federal, estadual e municipal.

Para ter acesso ao PBF é necessário estar cadastrado no Cadastro Único, que é um banco de dados operado pelo MDS contendo as informações sobre todos os participantes de programas sociais estatais e sobre possíveis candidatos a esses programas. O registro pressupõe uma entrevista feita pela equipe municipal com a família para identificar suas necessidades, especificamente baseada na renda per capita da mesma. Esse cadastro é socieconômico e autodeclaratório, e as famílias inseridas no CadÚnico têm direito a vários benefícios além do BF. Sendo assim, mesmo não se enquadrando no perfil para receber o BF, elas podem se enquadrar em outros benefícios, como a tarifa social de energia elétrica, isenção de taxa de concursos públicos, se inscrever no Minha Casa, Minha Vida, telefone social, PRONATEC e outros que venham a surgir tanto na esfera federal, estadual ou municipal.

A gestão do programa está a cargo dos municípios, onde são feitos os cadastramentos, os recadastramentos, os desbloqueios e as fiscalizações, cada um com níveis distintos de organização e gerenciamento. Deve, também, seguir um fluxo contínuo desde o nível municipal e, posteriormente, para inclusão na folha de pagamento da Caixa Econômica Federal, que tem a função de Agente Operador do Programa Bolsa Família.

Em Porto Velho, a gestão do PBF é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, onde as famílias possuem acompanhamento por assistentes sociais nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS. A SEMAS possui a central de cadastro único onde são feitos os recadastramentos e os desbloqueios e possuem, ainda, agendas durante o ano todo

com viagens para os distritos de Porto Velho para atender os beneficiários do programa.

Atualmente, o programa Bolsa Família é divido em três linhas operacionais, sendo o benefício básico de 77,00 Reais destinado àquelas famílias que estão em situação de extrema pobreza, sendo a renda per capita dessa família de até 77,00 Reais. Esse valor passou a valer agora em 2015, com o reajuste de 10% que o benefício sofreu, sendo que antes do reajuste o valor era de 70,00 Reais.

O benefício variável, no valor de 35,00 Reais, é destinado a unidades familiares que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças entre zero a 12 anos ou adolescentes até 15 anos e que a renda per capita não ultrapasse 155,00 Reais mensal, sendo pago até o limite de cinco benefícios por família.

O benefício variável (JOVEM), vinculado ao adolescente, é destinado a unidades familiares que se encontram em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição adolescentes com idade entre 16 e 17 anos, sendo pago até o limite de dois benefícios por família.

Tabela 02 – Valores e tipos de benefício do Bolsa Família.

RENDA PER CAPITA FAMILIAR DE ATÉ 140,00 POR MÊS	**BENEFÍCIOS**	**VALOR**
Crianças de 0 a 15 anos	*Variável*	*35,00 por cada criança, sendo pago no máximo a cinco crianças por família.*
Adolescentes de 15 a 17 anos e 9 meses	*Jovem*	*42,00 por cada jovem, sendo pago no máximo a dois jovens por família.*
RENDA PER CAPITA FAMILIAR DE ATÉ 70,00 POR MÊS	-------	--------
Família	*Básico*	*77,00 – Único*

Fonte: SCHAEFER, A. P. B. 2015.

A tabela acima mostra, de forma simplificada, os benefícios com seus devidos valores do PBF, destacando a idade mínima e máxima de cada criança que possa ser inserida no programa e, também, seus devidos valores.

Tabela 03 – Quantitativo de famílias de Porto Velho que estão recebendo o PBF por tipo de benefício.

Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	24.455	10/2015
Valor total de recursos financeiros pagos em benefícios às famílias (em Reais - R$)	3.809.594,00	10/2015
Quantitativo por Tipo de Benefícios		
Benefício Básico	22.147	10/2015
Benefícios Variáveis	40.963	10/2015
Benefício Variável Jovem - BVJ	6.937	10/2015
Benefício Variável Nutriz - BVN	271	10/2015
Benefício Variável Gestante - BVG	219	10/2015
Benefício de Superação da Extrema Pobreza - BSP	5.467	10/201

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

Conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), no ano de 2015, 24.455 famílias foram beneficiadas em Porto Velho, com um total de 3.809.594,00 Reais, um valor que, comparando a outros gastos do governo federal, é insignificante, visto o grande benefício que o mesmo oferece para as famílias que o recebem.

As mulheres são alvo do programa, colocadas como agentes diretos do benefício, visto que o pagamento do mesmo deve ir, preferencialmente, para elas, conforme a lei estabelece, ou seja, para o responsável legal do benefício. Outro destaque que as mulheres recebem é quando estão grávidas ou são nutrizes, desde que estejam amamentando seu filho com até seis meses de idade, para o qual o leite materno seja o principal alimento.

Os pagamentos são realizados mensalmente pela Caixa Econômica Federal e os recursos são transferidos diretamente às famílias, por intermédio de um cartão eletrônico. O cartão é emitido, normalmente, em nome da mulher, haja vista que a experiência comprova que ela aplica o dinheiro às necessidades primordiais da família.

Os beneficiados devem cumprir algumas condicionalidades estabelecidas pelo programa, que são referentes ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento de saúde, à frequência escolar de 85% para o ensino regular e 75% para o ensino especial. Segundo Durieux (2011), o principal objetivo das condicionalidades previstas pelo PBF é reforçar o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Há três razões principais para estas condicionalidades: 1) as condicionalidades servem como incentivo para os pais recorrerem às escolas e aos serviços de saúde pública; 2) as condicionalidades servem para legitimar as transferências de renda, visto que, a

partir desse momento, as famílias precisam produzir uma contrapartida para a qual elas quase são pagas, o que vai ao encontro de uma ideia de reciprocidade geral; e, 3) o fato das famílias não cumprirem as condicionalidades serve como “sinal de alerta” para as autoridades de que estão apresentando problemas específicos e necessitam de atenção especial, por exemplo, através de assistentes sociais.

> Os órgãos municipais responsáveis pelo acompanhamento relatam uma série de dificuldades: problemas resultantes das transferências de alunos e alunas para outras escolas; no acompanhamento das crianças que estudam em municípios vizinhos e das que estudam em escolas particulares, falta de interesse e capacidade dos responsáveis das escolas em preparar e enviar os relatórios de frequência (sic) (IBASE, 2008,)

Em Porto Velho esse acompanhamento escolar é feito através da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, para aquelas crianças da rede municipal de educação, e pela Secretaria Estadual de Educação – SEDUC, para aquelas crianças da rede estadual de educação. A frequência escolar é informada para suas respectivas secretarias, porém se o cadastro único tiver desatualizado, sem informação atual da escola das crianças, haverá divergência na hora da computação das frequências.

Nos distritos de Porto Velho costuma ocorrer o seguinte tipo de situação: a criança mora em um distrito do município de Porto Velho e estuda em outro município, pois os mesmos fazem fronteira. Essa situação produz divergências no cadastro, as quais são prejudiciais à família, devido a residir no local do cadastramento e a criança estudar em outro local. Em virtude disso, muitas vezes, ocorrem bloqueio e cancelamento dos benefícios.

O cancelamento ou bloqueio do PBF ocorre devido ao descumprimento das condicionalidades estabelecidas pelo programa, consoante Durieux (2011) destaca que, caso as condicionalidades não sejam cumpridas, a família recebe uma carta de advertência do Ministério de Desenvolvimento Social. O poder público local envia um assistente social até a família para detectar as causas do descumprimento e, se for necessário, alguma ajuda adicional. Caso o descumprimento persista, segue-se uma série decrescente de bloqueios dos benefícios, duas interrupções dos benefícios (a cada 60 dias sem pagamento suplementar) e, finalmente, procede-se a exclusão do Programa Bolsa Família. Este procedimento demora cerca de um ano.

CAPÍTULO II

CAMINHOS DA PESQUISA:
A TRAJETÓRIA PERCORRIDA EM JOANA D'ARC III

Fotografia 02 – Acesso às agrovilas pela Linha 17. Uma das 13 pontes que a estrada tem até chegar em Joana D'Arc III.

Fonte: SCHAEFER, A. P. B. 2013.

2.1 O Ponto inicial

Para desenvolver uma pesquisa científica é necessário, primeiramente, escolher e discutir um método científico para servir como aporte na execução do estudo do seu objeto, uma vez que o método é o caminho para se chegar ao resultado, para se chegar a uma verdade. Para Spósito (2003), o método não pode ser abordado do ponto de vista disciplinar, mas como instrumento intelectual e racional que possibilite a apreensão da realidade de forma objetiva pelo investigador, quando este pretende fazer uma leitura dessa realidade e estabelecer verdades científicas para a sua interpretação.

O método dialético tem a seguinte linha de entendimento: *a priori*, temos uma afirmação daquilo que é visto, conhecido, e partimos da ideia que esse conhecimento seja verdadeiro, o que é chamado de tese. Logo após, deparamo-nos com as descobertas de novos conhecimentos que surgem no desenvolver da pesquisa, o que leva o nome de antítese. Com esses novos conhecimentos adquiridos, chegamos a conclusão da síntese, que é a refutação ou a confirmação da verdade do seu objeto.

> No método dialético o sujeito se constrói e se transforma vis-à-vis o objeto e vice-versa. Nesse caso, teremos as antíteses e as teses em constante contradição e movimento. Geralmente, os trabalhos que se utilizam desse método se caracterizam por ser mais críticos da realidade por sua concretude e pelo fato de mostrarem as contradições existentes no objeto pesquisado (SPÓSITO, 2003, p. 46).

Como Spósito discorre, o método dialético é contraditório, por isso escolhemos para nossas reflexões, para trabalhar nosso objeto de pesquisa, sendo o mais indicado para os estudos que envolvem as relações sociais de um espaço. De acordo com Fourez (1995), esse método parte da maneira pela qual as pessoas se representam. Na sequência desse processo, propõe-se uma nova maneira de ver, ou seja, primeiro se afirma uma tese, isto é, a maneira pela qual a realidade se apresenta; depois, apresenta-se uma antítese, ou seja, a negação que é provocada pela aparição de outros pontos de vista, surgidos com base no exame crítico que se fez. Finalmente, apresenta-se uma síntese, que é uma nova maneira de ver, resultante do processo crítico.

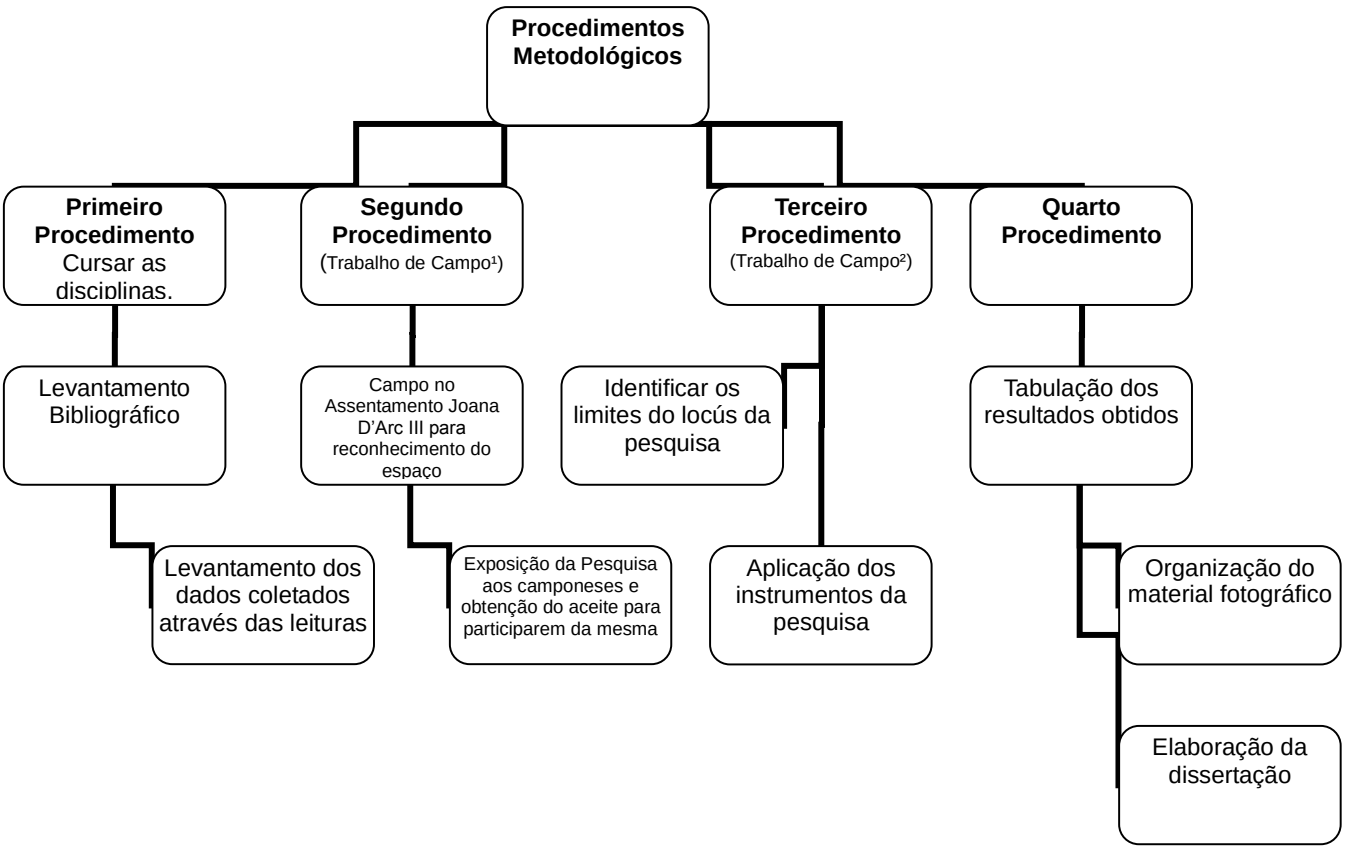
Quando falamos em abordagem quantitativa referimo-nos ao levantamento de dados, como o número de famílias assentadas, bem como o quantitativo de políticas

públicas governamentais direcionadas às famílias assentadas e quantas dessas estão sendo beneficiadas.

Com a abordagem qualitativa podemos ter maior aproximação da realidade. Foi com esse pensamento que se obtiveram os dados para a análise qualitativa por meio do contato direto com a realidade das famílias assentadas em Joana D' Arc III, através dos trabalhos de campo realizados na comunidade.

2.2 Procedimentos Metodológicos

Fluxograma 01 – Procedimentos metodológicos.



Fonte: Organização de Schaefer. 2015.

A partir do fluxograma dos procedimentos metodológicos, podemos perceber como foi aplicada a metodologia nessa pesquisa. Usamos como instrumentos de pesquisa: questionários, entrevistas, observações e fotografias. A primeira etapa ocorreu pelos levantamentos bibliográficos, sendo a maior parte desse processo feito durante as disciplinas do PPGG, em que procuramos montar a grade da disciplina focada na temática da pesquisa.

A segunda etapa foi a realização dos trabalhos de campo, para apresentar a

nossa pesquisa e explicar aos colaboradores como funcionaria. A terceira etapa foi a aplicação dos instrumentos utilizados, nesse caso os questionários e as entrevistas. A quarta etapa foi a tabulação e análise dos resultados, a organização dos materiais obtidos, como o diário de campo e as fotografias documentais, e, por fim, a elaboração do relatório de qualificação da dissertação.

Usando-se os questionários, tivemos aporte na pesquisa quantitativa, referindo-se ao levantamento de dados, como o número de famílias assentadas, o quantitativo de políticas públicas governamentais direcionadas às famílias assentadas e quantas dessas estão sendo beneficiadas. Em relação à observação como instrumento de pesquisa, pode-se dizer que é o meio de interpretação de um conhecimento já adquirido anteriormente, pois para descrever algo que se vê é necessário o conhecimento *a priori* daquele fenômeno estudado.

2.3 A realização dos trabalhos de campo

Para essa pesquisa foram realizados quatro trabalhos de campo, pelo fato do Assentamento já ser tema de estudos de outras pesquisas do GEPGÊNERO, pois nos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016 realizamos trabalhos de campo direcionados para a pesquisa.

O campo é o meio que possibilita aos pesquisadores conhecer a realidade do seu objeto de estudo, tornando a pesquisa participativa. Por meio dele são aplicados os instrumentos de pesquisa, fornecendo, assim, os dados para análise, chegando ao resultado final das perguntas formuladas, a partir do objeto estudado.

> A pesquisa de campo constitui para o geógrafo um ato de observação da realidade do outro, interpretada pela lente do sujeito na relação com o outro sujeito. Esta interpretação resulta de seu engajamento no próprio objeto de investigação. Sua construção geográfica resulta de suas práticas sociais. Neste caso, o conhecimento não é produzido para subsidiar outros processos. Ele alimenta o processo, na medida em que desvenda as contradições, na medida em que as revela e, portanto, cria nova consciência do mundo. Trata-se de um movimento da geografia engajada nos movimentos, sejam eles sociais, agrários ou urbanos. Enfim, movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (SUERTEGARAY, 2004. p. 3).

Estudar o objeto no lócus ajuda a entender a relação do espaço e do homem. Lembrando o que foi dito no primeiro capítulo, o conceito de Milton Santos (2012)

refere “que o espaço evolui com a sociedade”, uma vez que é no campo, com as observações, que podemos entender esse processo de relação espaço e sociedade.

Para trabalhar o método dialético em campo, foi adotada a proposta de Suertegaray (2002) para quem,

> no método dialético, o campo como realidade não é externo ao sujeito, o campo é uma extensão do sujeito, como é numa outra escala a ferramenta para trabalhar uma extensão do seu corpo, ou seja, a pesquisa é fruto da interação dialética entre sujeito e objeto. Resulta da compreensão dialética o conceito de PRÁXIS e a concepção de que estamos no mundo para pensá-lo e transformá-lo. Pesquisar pressupõe reconhecer para intervir. Esta concepção metodológica informa que a consciência do mundo forjava-se/forja-se coletivamente e as transformações dar-se-iam ou dar-se-ão pela unificação das lutas (pelo coletivo dos trabalhadores). A pesquisa de campo é o conhecimento feito através da vivência em transformação (SPÓSITO, 2003, p. 46).

Para realizarmos os trabalhos de campo em Joana D'Arc III foi preciso nos organizar com certa antecedência, devido a logística ser um pouco difícil, uma vez que o assentamento não possui pousadas, hotéis, albergues. Quando vamos para Joana D'Arc III fazemos contato com uma morada, que sempre nos recebe: Dona Anita e seu esposo, Sr. Juarez. O contato é feito através de um telefone móvel via rádio, mas nem sempre ele está funcionando, o que dificulta ainda mais a comunicação com as pessoas do Assentamento.

No período de chuva ficamos impossibilitados de realizar o trabalho de campo em Joana D'Arc III, pelo fato das estradas ficarem intrafegáveis. Outro fator que surgiu no final de 2014 e em 2015 foi a grande quantidade de mosquitos na região. De acordo com os relatos de moradores, esses mosquitos foram produzidos/criados em laboratório pela Santo Antônio Energia, com objetivo de serem predadores do mosquito da malária.

O trajeto até Joana D'Arc III é feito por via terrestre, por meio de carros particulares ou do ônibus coletivo que faz esta linha Joana D'Arc. Em meados de setembro de 2014 a ponte sobre o Rio Madeira, que liga a BR-319 de um lado ao outro do rio, foi inaugurada, diminuindo o tempo que se gastava para chegar até Joana D'Arc III, pois só para atravessá-lo, ainda no perímetro urbano, gastava-se cerca de 40 minutos a uma hora, contabilizando a espera da balsa e o trajeto do rio. A construção da ponte facilitou esse percurso, não somente para Joana D'Arc, mas também para outras localidades, como o município de Humaitá/AM. Após percorrer alguns quilômetros na BR-319 com asfalto, entra-se no Ramal São Domingos, sendo

mais de 120 km só de estrada de chão, o que é o maior trecho.

Fotografia 03 – Ponte sobre o Rio Madeira.

Fonte: Reprodução w.w.w.rondoniaovivo.com. Matéria do dia 16/09/2015. Ponte sobre o Rio Madeira, foto ao lado esquerdo mostra a ponte concluída e, logo embaixo dela, as balsas que serviam como meio de travessia do Rio Madeira inoperantes.

Após a construção da ponte, a logística para o trabalho de campo melhorou. Em fevereiro de 2016, foi realizado o nosso último trabalho de campo para essa investigação (realizado após a defesa de qualificação dessa pesquisa), para pontuar alguns elementos que ainda estavam faltando. Foi nesse trabalho de campo que recebemos a notícia e presenciamos o fechamento da única escola de ensino infantil e fundamental do assentamento Joana D'Arc III, visto que uma já tinha sido fechada anteriormente.

2.4 Caracterizando o Universo da Pesquisa

A pesquisa teve como área de estudo o Assentamento Rural Joana D'Arc III, o qual está localizado na Região Norte do Brasil, na Amazônia Ocidental, no Estado de Rondônia, na área rural do município de Porto Velho, sendo esse a capital do Estado.

O desenvolvimento de Rondônia ocorreu a partir da política agrária, passando por um período de colonização na década de 1970. Para incentivar a migração para o Estado, o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) criou vários projetos de assentamentos rurais para assentar as famílias que chegavam de toda parte do país, destacando-se os estados do Sul e do Sudeste.

> Em Rondônia, a partir de 1970, a colonização dirigida pelo INCRA assume feições diferentes na geografia regional. Os estímulos aos fluxos migratórios e a gestão do território, via a institucionalidade da política de colonização, promoveram novos usos e significados do território sob a gestão do estado (SILVA, 2012, p. 61).

Com essa migração motivada por parte do Estado, sob gestão do INCRA, Rondônia teve um crescimento populacional muito rápido, o que gerou uma ocupação de forma desordenada. O INCRA, desta forma, não conseguiu controlar todo o processo de ocupação, e as famílias que chegaram ao Estado ficaram sem suporte por parte do órgão gestor, gerando um dos maiores problemas no campo: os conflitos agrários.

Foi através das políticas de colonização do INCRA que o Estado teve sua divisão geopolítica, sendo que os principais municípios surgiram a partir dos projetos de assentamentos criados nesse período. Ferreira (2012) chama esse período de quarta fase do processo de colonização de Rondônia, que se deu com a instalação do INCRA em 1970 e dos Projetos de Colonização Integrados (PICs) – Ouro Preto, Sidney Girão, Gy-Paraná, Padre Adolfo Rohl e Paulo Assis Ribeiro –, dos Projetos de Assentamentos Dirigidos – PADs (Burareiro e Marechal Dutra) e dos Projetos de Ação Conjunta (PACs), o que fizeram convergir para Rondônia o maior fluxo migratório que já se teve notícias na história no país.

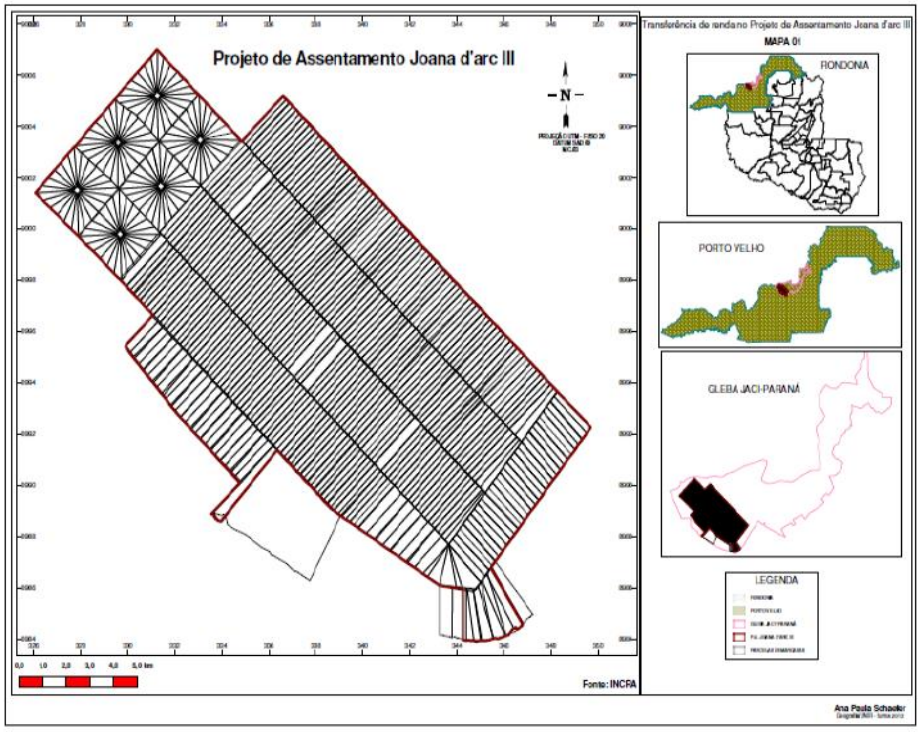
A ocupação do Assentamento Rural Joana D'Arc III começou no ano de 1982, por meio de processo de seleção feito pelo INCRA, sendo que a maior parte das famílias vinha de outras regiões (Sul e Sudeste, principalmente). No entanto, somente em 2000 o Assentamento foi formalmente criado, pela portaria nº 70, de 06 de setembro. O assentamento está localizado na margem esquerda do Rio Madeira e o acesso é feito por vias terrestres, pela Rodovia BR-364 (vicinal Jorge Alagoa) e pela Rodovia BR-319 (vicinal Morrinhos).

> O assentamento Joana D'Arc III atende principalmente famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST vindas de outras localidades, assim como famílias oriundas do município de Porto Velho que antes não possuíam terras. Essas famílias, em sua grande maioria,

> advinham da luta pela terra. Famílias com experiências de ocupações e que estavam à espera de enfim ocuparem uma terra que poderiam chamar de sua e enfim mudarem o status de sem-terra para assentados (OLIVEIRA, 2013, p. 24).

O período de povoamento do assentamento foi marcado por grandes dificuldades, uma vez que as primeiras famílias que chegaram aos seus lotes fizeram o percurso por via fluvial, pelo Rio Jaci-Paraná, que na época era o único acesso. Com o passar dos anos foram abertas estradas, sendo essas bastante precárias. Após o INCRA assentar as famílias, não havia apoio técnico por parte da EMATER e outras instituições, dificultando ainda mais a vida dos agricultores.

Figura 05 – Limites do Assentamento Joana D'Arc III.



Fonte: SCHAEFER, A. P. B. 2013.

Conforme podemos observar na figura 02 o assentamento é divido por dois formatos: lotes retangulares localizados nas linhas de acesso (Linha 15, Linha 17, Linha 19, Linha 24) e por lotes em forma de triângulo que lembram o formato de pizza, onde foram criadas seis agrovilas: Chico Mendes, União dos Camponeses, Pequena Vanessa, Vencedora, Padre Ezequiel e Sergio Rodrigues. O assentamento foi criado com o objetivo de receber as famílias do massacre de Corumbiara, o qual foi um conflito agrário, ocorrido em 1995, na Fazenda Santa Elisa, no município de Corumbiara/RO, entre os sem terras acampados na fazenda e os policiais e

jagunços dos fazendeiros. Para compreendermos melhor essa ocupação, vejamos a definição de Fernandes:

> entendemos que a ocupação é um dos principais momentos da luta pela terra. O futuro do assentamento possui suas raízes neste processo. E este é um processo violento, em todos os sentidos, para as pessoas que dele participam. É a violência da fome, do frio, da sede, da polícia, da justiça, dos jagunços, da falta de apoio, onde colocam em risco as suas próprias vidas, etc. Diante desta realidade, para um movimento organizado, qualquer tipo de repressão resulta num confronto direto. Portanto, os trabalhadores colocam para o Estado a possibilidade da negociação e quando este responde com violência, pela repressão policial, quase sempre os conflitos tornam-se fatais (FERNANDES, 1994, p. 181).

O conflito de Corumbiara deixou marcas fatais e que são lembradas no Assentamento Joana D'Arc III. Em homenagem a dois sem terras mortos no massacre, duas agrovilas levaram o nome deles: Agrovila Pequena Vanessa e Agrovila Sergio Rodrigues. "Pequena" Vanessa foi devido a Vanessa ser uma criança de apenas seis anos de idade que foi morta no fogo cruzado do conflito do dia 09 de agosto de 1995.

> Naquele dia morreram dois policiais e nove posseiros inclusive a pequenina Vanessa, de apenas seis anos, cujo corpinho foi trespassado por uma bala "perdida". Cinquenta e cinco posseiros foram gravemente feridos, e quinze dias depois o corpo do jovem sem terra Sérgio Rodrigues Gomes foi encontrado boiando em um rio com terríveis sinais de tortura (MESQUITA, 2003, p. 35).

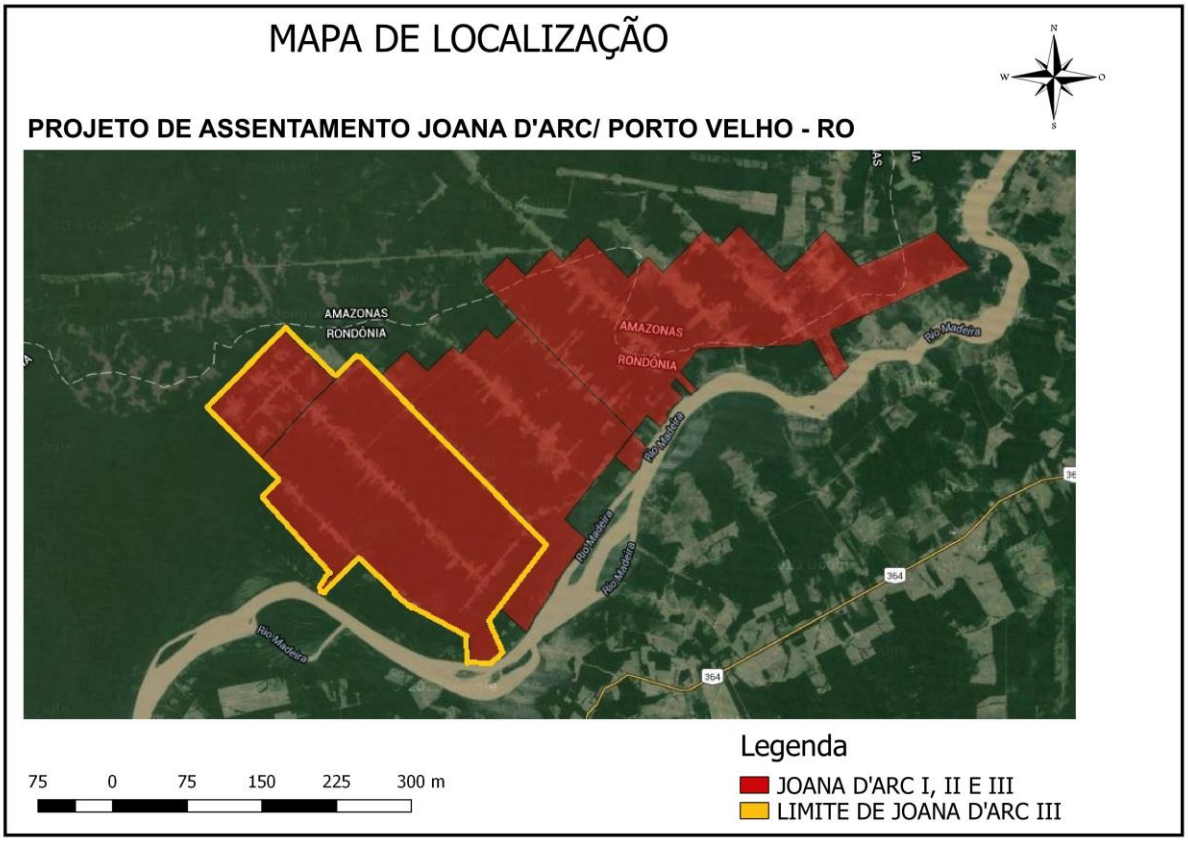
O massacre de Corumbiara deixou 11 pessoas mortas (dois policiais e nove sem terras), e várias outras pessoas feridas. Os policiais e os jagunços dos fazendeiros surpreenderam os sem terras com um ataque de madrugada, 25 dias após eles formarem o acampamento.

É importante também relatar a origem do nome do Assentamento Joana D'Arc que, apesar de muitos acharem que é devido a Guerreira Joana D'Arc, a origem do nome não é essa. O Assentamento foi assim intitulado em homenagem a uma servidora do INCRA, especificamente da Superintendência 17 (Rondônia).

Atualmente, o assentamento Joana D'Arc III se encontra em uma área que é afetada por duas Hidrelétricas do Madeira: a hidrelétrica de Jirau e a hidrelétrica de Santo Antônio. Assim sendo, essas terras estão ficando ilhadas entre os empreendimentos, destacando-se o descaso do poder público – que é lamentável –, sendo que algumas famílias do assentamento Joana D'Arc III já foram indenizadas e reassentadas em outra localidade, pois seus lotes foram atingidos diretamente pela barragem da usina, ficando suas terras totalmente alagadas. Entretanto, as

indenizações só estão surtindo efeito para aqueles que foram atingidos diretamente, tendo em vista que muito outros foram atingidos indiretamente, com parte de seus lotes alagados e que, até o momento, não tiveram nenhuma posição das entidades competentes para apurar o caso.

Mapa 01: Assentamento Rural Joana D'Arc III, Porto Velho/RO.



Fonte: SCHAEFER. A.P.B. 2016 – Imagem Google Eart. Programa utilizado QGIS.

IMPRIMIR NO TOMANHO A4

Como podemos observar no mapa 01, o Assentamento está próximo ao Rio Madeira, bem como da Usina Hidrelétrica de Jirau, localizada nas proximidades do Distrito de Jaci-Paraná. O assentamento começou a sofrer com inundações e outros problemas oriundos da construção da barragem de Jirau, como relatam os moradores da região.

Com as atitudes que foram e estão sendo tomadas pelos responsáveis dos empreendimentos, a comunidade fica ainda mais na incerteza de como eles vão ser indenizados pelos prejuízos causados indiretamente nos seus lotes. Muitos alegam que, como algumas famílias já foram reassentadas em outra localidade, o assentamento vai ser cada vez mais esquecido pelo poder público, devido a diminuição do percentual da população assentada.

> Partes das famílias moradoras do assentamento foram indenizadas e transferidas para uma localidade chamada Santa Rita: aproximadamente 140 (cento e quarenta) famílias mudaram-se do Joana D'Arc III por terem suas terras alagadas com a construção da Hidrelétrica. O restante das famílias (setenta) que não foi indenizada continua no assentamento, porém sem muitas perspectivas futuras. Hoje vivem, basicamente, da agricultura familiar realizada nos poucos espaços que ainda conseguem plantar, já que o solo tornou-se encharcado e a vegetação continua morrendo. Sem o solo propício para a agricultura, os familiares não têm o que fazer e o abandono da prática agrícola é crescente nas áreas antes habitadas, onde podiam cultivar para suas famílias (SILVA, 2014, p. 75).

Vivenciamos relatos emocionantes das famílias que povoaram o assentamento, demonstrando o forte laço sentimental deles com a terra que, para muitos, é a primeira conquistada. Para essas famílias, o valor material não é significativo, pois sabemos que a terra tem um valor material, porém o valor sentimental é incalculável. Chegamos a perguntar aos proprietários qual era o valor estimado de suas terras e as respostas foram quase todas iguais: que eles não tinham nem ideia de quanto valiam, não pelos bens materiais que elas compõem, mas sim pelas dificuldades que eles passaram em todos esses anos dentro dos lotes.

Durante as aplicações dos questionários, observamos claramente a insatisfação dos moradores com a construção das usinas do Madeira e com a construtora responsável pelo certame, visto que o medo ou talvez até a opressão que os moradores estão sofrendo após a construção das usinas. Quando chegávamos as suas propriedades, com as pranchetas nas mãos e os questionários, prontamente informávamos a eles que éramos da UNIR e que se tratava de uma

pesquisa sobre a comunidade. Já tínhamos essa atitude devido a termos sido informados pela moradora de onde estávamos hospedadas que a comunidade estava com receio de responder quaisquer perguntas, ceder informações, devido aos funcionários/técnicos da Santo Antônio Energia terem ido visitar as famílias com promessas e mais promessas, e até mesmo em função de pessoas se passando por técnicos dessa empresa para tirarem proveitos de toda a situação e insatisfação das famílias em relação aos empreendimentos.

Os assentados já fizeram várias reivindicações, acampando em frente da sede do escritório responsável pelos empreendimentos, na frente do INCRA, fecharam vias de acesso, como a BR-319 próximo a ponte, porém o que eles conseguiram com esses movimentos foram algumas parcerias com órgãos que os auxiliam nessa jornada de busca pelos seus direitos como, por exemplo, a Organização dos Advogados do Brasil (OAB). A mídia, como meio de comunicação de Porto Velho, vem dando espaço para a divulgação dessa saga de Joana D'Arc III.

A principal atividade econômica do assentamento é a agricultura, a qual sofre com o solo encharcado, fazendo com que os moradores não consigam se manter no local e saiam a procurar outra cidade. Outro fator que motiva a evasão é o aumento dos animais peçonhentos e ferozes, bem como o aumento anormal dos mosquitos na região. Alguns dizem que esses mosquitos foram criados em laboratório pela Usina para matar o mosquito da malária, mas isso não passa de comentários do povo local. Sendo assim, com todos esses fatores e com a saída de muitas famílias do assentamento, uma das escolas de Joana D'Arc III, localizada na Linha-17, foi fechada e encontra-se em total abandono.

CAPÍTULO III

MULHERES “GUERREIRAS”: MULHERES DE JOANA D’ARC III

Fotografia 04 – Mulher do assentamento descascando a mandioca para a fabricação da farinha de mandioca.

Fonte: SCHAEFER, A. P. B. 2016.

3.1 A Organização em relação ao Gênero no assentamento.

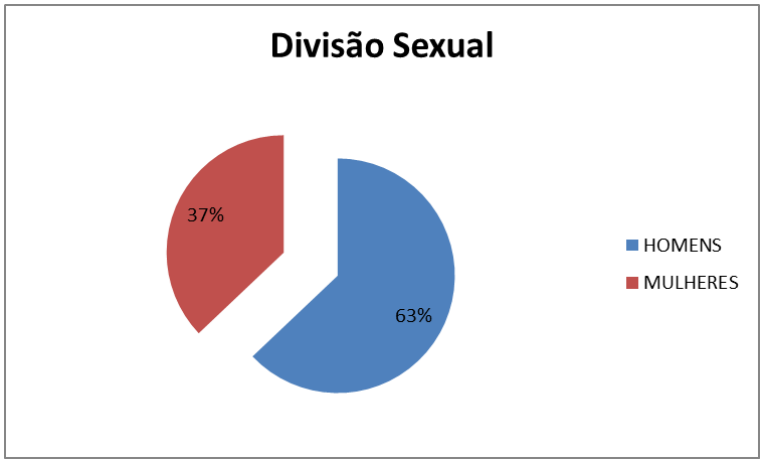
Foi através dos instrumentos de pesquisa que conseguimos obter os resultados que serão apresentados neste capítulo. Para isso, contamos com aplicações de questionários, entrevistas, observações, diários de campo e documentação fotográfica.

O olhar geográfico foi fundamental para compreender os resultados, uma vez que conseguimos entender a dinâmica do lócus da pesquisa, o que só foi possível de ser realizado através dos trabalhos de campo.

> Pesquisa de campo como observação empírica e descritiva, neste caso a resposta está no fenômeno. E fenômeno neste caso, é entendido como algo que está fora, algo externo ao sujeito, visível, perceptível por ele. Esta prática promove o reconhecimento do campo entendendo-se como observador externo, capaz de captar a informação vinda do objeto em análise, portanto, um conhecedor neutro, apenas sistematizador do que o mundo dos fenômenos lhe revela (SUERTAGARAY, 2004, p. 2).

O trabalho de campo é o ponto de partida que o pesquisador tem para conhecer a realidade do objeto a ser estudado, entender o fenômeno e interagir com a pesquisa. Foram analisados, então, 89 questionários aplicados no Assentamento Joana D'Arc III com 89 famílias, sendo 56 homens e 33 mulheres, que supriram a necessidade para chegarmos aos resultados. Vale destacar que o questionário foi aplicado com uma pessoa da família/unidade familiar.

Gráfico 01 – Gênero no Assentamento Joana D'Arc III.



Fonte: Organização de Schaefer, 2015.

Podemos observar no gráfico acima como está a divisão de gênero no Assentamento Rural Joana D'Arc III. É nitidamente visível que o sexo masculino é a

maioria, podendo influenciar nas relações de gênero em relação a tomadas de decisões no assentamento, bem como nas políticas públicas que o assentamento tem acesso.

3.2 O Acesso das Mulheres de Joana D'Arc III às Políticas Públicas

É notável o acesso às políticas públicas que as mulheres estão tendo, atualmente, o que é resultado de grandes batalhas enfrentadas durante décadas por todas as mulheres. Esses avanços ainda são considerados pequenos, porém têm sido essenciais para as rupturas da cultura patriarcal enraizadas na sociedade, principalmente no espaço rural. No momento, uma das maiores políticas públicas de transferência de renda é o Programa Bolsa Família. Na área rural, encontramos algumas políticas públicas que as mulheres estão acessando, como é o caso do BF, o PRONAF Mulher e a Produção Agroecologia Integrada e Sustentavel (PAIS). Butto e Hora (2008, p. 27) afirmam que "desenvolver políticas para as mulheres no contexto rural implica reconhecer as desigualdades de gênero e adotar uma estratégia de superação dos principais entraves à conquista de sua autonomia econômica".

A desigualdade de gênero em relação às políticas públicas já pode ser notada na base de sua elaboração, tendo o impacto final quando é acessada pelo público destinatário, como é o caso do PRONAF em que as mulheres recebem um valor de financiamento menor ao do homem. O PBF vem sanar essa desigualdade, pois o principal público do seu programa são as mulheres, dando oportunidade de renda para aquelas que não possuem e um complemento para as que possuem renda compatível com a do programa.

Outro avanço bem significativo conquistado pelas mulheres foi a titulação conjunta, isto é, o título do lote também pode sair no nome das mulheres. Em Joana D'Arc III não foi diferente e as mulheres também obtiveram os títulos em seus nomes. Para Medeiros, Britto e soares (2008), o direito à titulação tem se revelado crucial, em especial em casos de viuvez e separação, por garantir à mulher o direito à terra e a consequente estabilidade, mesmo que relativa, da família. Esse fato ganha maior significado quando se considera relativamente alta a frequência, em alguns lugares, de famílias chefiadas por mulheres.

> As mulheres representam 47,8% da população residente no meio rural (PNAD, 2006). São quase 15 milhões de mulheres, muitas delas sem acesso à cidadania, saúde, educação e sem reconhecimento da sua condição de agricultora familiar, trabalhadora rural, quilombola ou camponesa. Muitas limitações se impõem ao desenvolvimento da autonomia econômica das mulheres trabalhadoras rurais e com forte expressão entre assentadas da reforma agrária e agricultoras familiares, e entre elas destaca-se a falta de reconhecimento da atividade produtiva desempenhada por elas (BUTTO; HORA, 2008, p. 34).

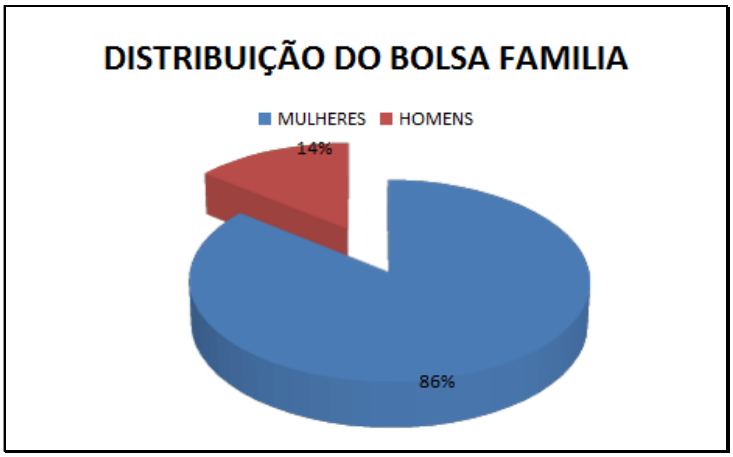
As políticas públicas principais para qualquer indivíduo são a saúde, a educação e o transporte. No assentamento elas estão precárias, principalmente a saúde, uma vez que, para os moradores terem acesso a ela, é necessário o deslocamento até a cidade de Porto Velho.

3.3 As Mudanças ocorridas na vida das mulheres através do Programa Bolsa Família.

O Bolsa Família, para algumas famílias pesquisadas, representa o único rendimento de forma regular e mensal, sendo a mulher responsável pela aplicação do dinheiro. Isso faz com que elas tenham autonomia sobre suas vidas e que as tomadas de decisões em relação ao investimento do benefício seja feito por elas o que, para o espaço rural, pode ser considerado um avanço nas relações de gênero.

Com os avanços das políticas públicas e as conquistas das mulheres no decorrer desses anos, é notável que os gestores responsáveis pela criação e manutenção desses setores não possam mais ignorar a classe de mulheres, visto que a cada dia mais mulheres buscam informações sobre seus direitos e lutem por eles.

Gráfico 02 – Quantitativo de beneficiários do PBF no Assentamento.

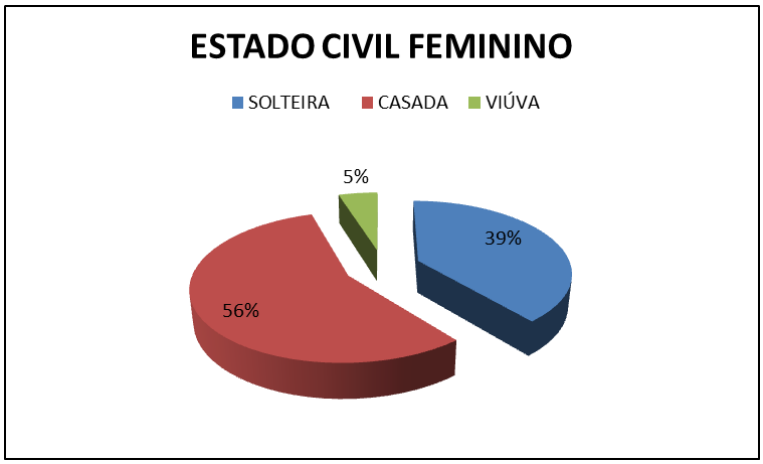


Fonte: Organização de Schaefer, 2015.

Após as análises, identificamos que 29 das 33 mulheres e quatro dos 56 homens que participaram da pesquisa recebem o benefício do BF. Esse resultado comprova que a aplicação do programa no assentamento está de acordo com a lei, que coloca a mulher como público-alvo quando diz que o benefício será pago 'preferencialmente' a elas. Sendo assim, foi o que constatamos em lócus, ou seja, as mulheres são consideradas como responsáveis pela família e estão recebendo o benefício.

As mulheres vinculam essa prioridade pelo fato de se considerarem com melhor desempenho na aplicação do dinheiro, pois, para elas, os companheiros não iriam pensar na família em primeiro lugar e gastariam o dinheiro com outras coisas, como bebidas alcoólicas.

Gráfico 03 – Estado civil das mulheres do Assentamento.



Fonte: Organização de Schaefer, 2015.

Através do gráfico podemos observar que a maior parte das mulheres são

casadas, porém o benefício está em seu nome, como a lei determina. Podemos destacar que, entre as solteiras, a maior parte é chefe de família e o benefício do BF é de fundamental importância para o sustendo familiar.

A inserção das mulheres rurais no PBF também gera atos de cidadania, visto que muitas das mulheres rurais não possuíam todos os documentos pessoais, mesmo com o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), que tem por finalidade emitir os documentos pessoais das mulheres rurais, os quais são fatores essenciais para a inserção delas em quaisquer políticas públicas. Logo, para serem inseridas no PBF, elas tiveram que procurar e obter esses documentos.

Os documentos necessários para a inclusão da família no Cadastro Único são: RG, CPF, carteira de trabalho, título de eleitor, bem como os documentos dos filhos, como certidão de nascimento, comprovante escolar para as crianças que estão em idade escolar, cartão de vacina e o acompanhamento de saúde da família.

Todos esses procedimentos que o BF cria para a mulher ser inserida no programa geram sua inserção no meio social. Quando são contempladas com o benefício recebem um cartão magnético em seu nome, sendo através dele que sacam o dinheiro; assim, o contato delas com órgãos públicos, bancos e outros locais representam inclusão de cidadania.

Figura 06: Cartão do Programa Bolsa Família.

Fonte: http://www.calendariodopis2014.com.br/.

A responsável familiar é identificada pelo Número de Identificação Social – NIS, sendo com esse número que o cadastro é movimentado na base do CadÚnico e do SIBEC da Caixa Econômica Federal. O NIS é gerado até 48 horas após o

cadastramento no CadÚnico, e se a família estiver dentro dos padrões estabelecidos pela legislação do programa, no prazo de seis meses, é inserida no Programa Bolsa Família.

As mulheres beneficiárias do assentamento, em maior parte, são agricultoras e chegam a ter até três jornadas de trabalho. Mesmo recebendo o benefício, elas não se acomodam, pois ele é considerado a única certeza de renda mensal, uma vez que muitas trabalham na roça, no plantio de mandioca e banana, que são os principais produtos plantados no assentamento. Os seus companheiros não reconhecem esse trabalho e relatam que elas os 'ajudam' na roça; então, todo o procedimento de venda é feito pelo homem, isto é, eles que vão pra "rua" negociar os produtos.

Com o dinheiro do benefício do BF elas passaram a ter voz nas decisões no âmbito familiar na questão econômica, já que administram esse dinheiro e decidem onde vão aplicá-lo, ganhando independência econômica. Assim, quando elas querem comprar uma roupa ou um perfume, não precisam pedir dinheiro ao marido, pois têm a renda do BF. Contudo, o principal investimento que fazem são em materiais escolares, roupas e melhores alimentos para as crianças.

O benefício do PBF tem vários destinos dentro da comunidade, sendo que os principais são com materiais escolares, vestuários para as crianças e alimentação. Vejamos depoimentos das beneficiárias do Assentamento:

> "*Com o dinheiro eu compro os cadernos dos meninos, lápis, compro uma mistura para eles, e de vez em quando umas roupas*." (Beneficiária e moradora do assentamento)

> "*Compro material escolar, roupa. O dinheiro é para os meninos mesmo*." (Beneficiária e moradora do assentamento).

O significado do Bolsa Família para aquelas que recebem, segundo depoimentos das próprias beneficiárias, é:

> "*Benefício do Bolsa Família ajuda muito as famílias, porque é uma renda fixa, que acontecendo algum imprevisto, podemos contar com ele.*" (Beneficiária e moradora do Assentamento).

Esse imprevisto que é colocado na fala da beneficiária refere-se ao valor da renda da agricultura, pois se chegar ao final do mês e a venda não for dentro do esperado, elas têm como contar com esse dinheiro "fixo" do bolsa família.

> "*É um complemento para a nossa renda familiar.*" (Beneficiária e moradora do assentamento)

> "*É uma ajuda boa, que todo mês eu fico esperando vim, se ele não vim, complica bastante.*" (Beneficiária e moradora do assentamento)

> "*O Bolsa família é uma ajuda que você sabe que vai esta lá, como por exemplo pra comprar o gás. Eu tinha só essa renda, antigamente eu tinha só essa renda.*" (Beneficiária e moradora do assentamento)

Devido às dificuldades que a comunidade passa para poder fazer o saque do pagamento do benefício, elas traçam algumas estratégias para poder compensar o valor que vai ser gasto com a ida à cidade para fazer o saque.

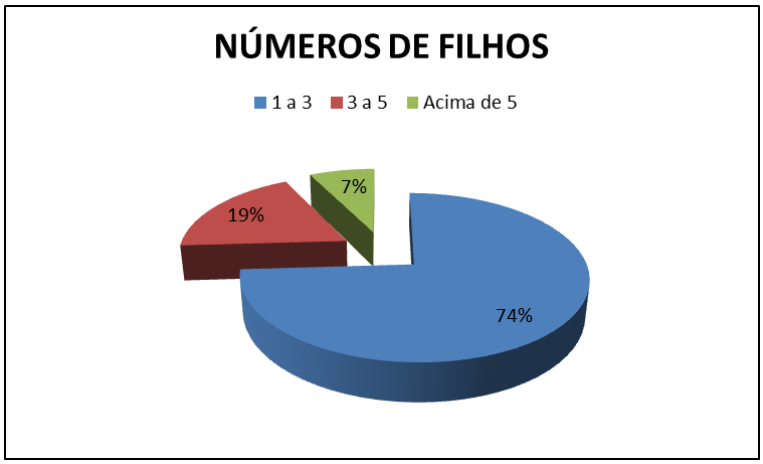
> *"Eu recebo o benefício no meu cartão cidadão, deixo acumular 2, 3 meses para ir à cidade sacar, porque se não o bolsa família só dá pra pagar o ônibus. Aí não vale a pena.*" (Depoimento da assentada e beneficiária).

Faz-se necessário destacar que o beneficiário só pode deixar acumular os pagamentos mensais se for na conta do cartão cidadão ou no cartão da conta caixa fácil, porque se essa acumulação de até três meses for deixada no próprio cartão do Bolsa Família, o pagamento pode ser cancelado devido a falta de retirada do benefício. Ou seja, três depósitos consecutivos sem saque faz o sistema cancelar o benefício da família; então, para essa estratégia dar certo é preciso que a beneficiária possua uma das contas alternativas.

Algumas beneficiárias deixam seu cartão com familiares na cidade, para que o benefício seja sacado por eles e, com o dinheiro do pagamento, façam rancho e enviem pelo ônibus da linha até o lote da beneficiária na comunidade, sendo possível, assim, minimizar os gastos de transporte para o saque ser realizado.

Um dos benefícios do Bolsa Família é contabilizado pelo quantitativo de filhos que a família possui e pela idades deles, por isso o valor desse benefício não é fixo, variando conforme o núcleo familiar: renda per capita.

Gráfico 04 – Quantitativo de filhos.



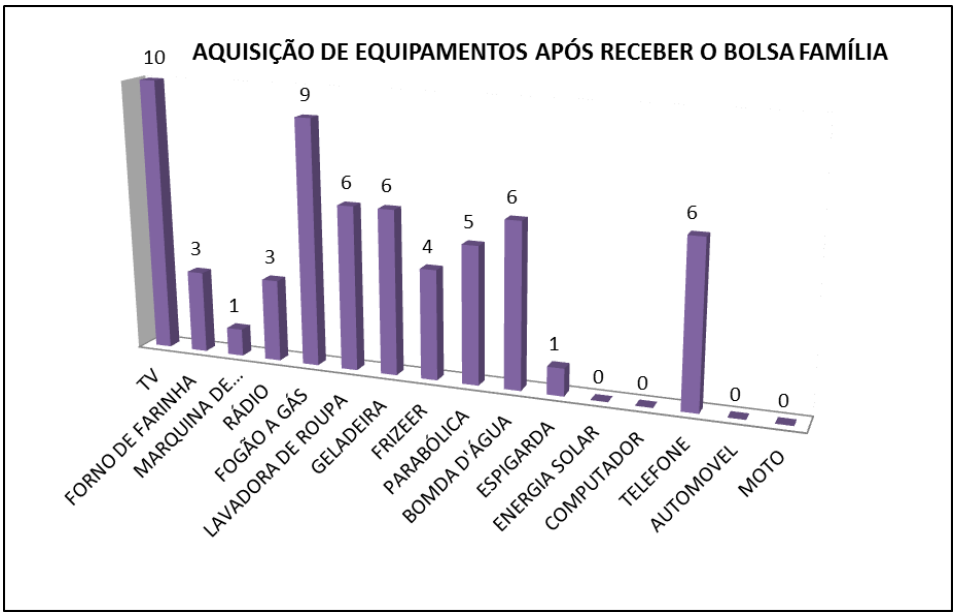
Fonte: Organização de Schaefer, 2015.

Em relação ao quantitativo de filhos, observamos que a média é de 1 a 3 filhos por família, o que muda o cenário de antigamente, em que as mulheres tinham muitos filhos, principalmente na área rural. Atualmente, já é possível notar outra realidade nesse espaço, o que contradiz o “achismo” de uma parte da sociedade que afirma que o BF incentiva as mulheres a ter mais filhos. Neste sentido, essa média de filhos por família que recebe o BF mostra um resultado diferente, isto é, que o programa não incentiva a gravidez.

As famílias que não recebem o BF são famílias que estão fora dos critérios estabelecidos pelo programa, que é a renda per capita, ou seja, famílias com renda per capita superior a R$155,00 não estão aptas a recebê-lo. Foram identificadas 63 famílias que não se enquadram no perfil do programa com renda per capita superior, que é resultado de aposentadorias, trabalhos com carteira de trabalho assinada ou avulsos.

Com o valor monetário recebido pelas beneficiadas, são realizadas várias aquisições, sendo o principal investimento aquele feito na educação e na alimentação de seus filhos. Contudo, indiretamente, elas conseguem adquirir bens para a família, visto que o dinheiro que seria comprometido para a alimentação familiar sobra (devido ao recebimento do benefício do bolsa família) para ser aplicado em outro lugar. Assim, conseguimos fazer uma interligação durante o tempo que a família recebe o benefício com as aquisições realizadas por elas, e obtivemos os seguintes resultados:

Gráfico 05 – Relação de equipamentos adquiridos pelas famílias do PBF.



Fonte: Organização de Schaefer, 2015.

Foi possível fazer uma análise de produtos adquiridos após as famílias receberem o benefício, pois nosso objetivo é relacionar este benefício com as novas aquisições e não afirmar que esses produtos foram comprados diretamente com o dinheiro do BF. Então, a relação de equipamentos presentes no questionário era: TV, forno de farinha, máquina de costura, rádio, fogão a gás, lavadora de roupas, geladeira, freezer, antena parabólica, bomba d'água, espingarda, energia solar, computador, telefone, automóvel e moto. Desses equipamentos relacionados no questionário, identificamos a TV, o fogão a gás e o rádio como os mais adquiridos no tempo que a família começou a receber BF. Muitos são comprados parcelados e os que foram comprados à vista, possivelmente, já eram usados por apresentarem preço menor do que um equipamento novo. Com o dinheiro do BF a família compra alimentos, vestuários e material escolar, ocasionando uma sobra da receita familiar da renda advindo da agricultura, dando oportunidade de fazer tais aquisições.

Na comparação dos produtos mais adquiridos podemos observar as necessidades das famílias: 10 famílias adquiriram TV, tornando-se o equipamento mais comprado e que representa, também, um meio de lazer para toda família, pois no assentamento não tem muitas alternativas para diversão; 09 famílias adquiriram fogão a gás, que vem em segundo lugar; 06 famílias compraram bomba d'água, telefone móvel, lavadora de roupas e geladeira; 05 famílias compraram antena parabólica; 04 famílias adquiriram freezer; 03 famílias compraram rádio e forno de

farinha; e, 01 família adquiriu espingarda e máquina de costura.

3.4 As Estratégias das Mulheres do Assentamento para se manterem no Programa BF e o cumprimento das condicionalidades

Para as mulheres conseguirem cumprir com todas as condicionalidades do programa, elas têm que traçar algumas estratégias para não terem seu benefício bloqueado ou até mesmo cancelado e, para isso, enfrentam algumas dificuldades.

As dificuldades encontradas pelas mulheres, principalmente as que são responsáveis pelo cadastro do programa é a distância e, para piorar as condições, as estradas de acesso são precárias. Além disso, não se pode esquecer a precariedade do ônibus que faz a linha Joana D'Arc, sendo que, em algumas vezes, ele não vai até as agrovilas, chegando somente até a linha 17. Em virtude disso, o restante do percurso tem que ser feito a pé ou por outro tipo de transporte próprio dos assentados.

As famílias que são beneficiadas têm que se deslocar até a cidade de Porto Velho, já que o cadastro e recadastro no programa é feito na sede do Bolsa família, que tem como gestor a Prefeitura do Município de Porto velho, ficando a responsabilidade das atividades para a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS). A SEMAS faz cronogramas itinerantes para atender as localidades mais distantes e os distritos de Porto Velho, porém esse cronograma não supre todas as necessidades, visto que é feito uma vez ao ano em cada localidade. Desta forma, as famílias têm problemas com o cadastro no decorrer do ano, o que é a causa do bloqueio do benefício pela falta de acompanhamento de saúde, da frequência escolar e da falta de recadastramento. Quando isso ocorre, elas têm que ir à cidade, porque não podem ficar esperando a equipe municipal do programa chegar onde residem, pois necessitam regularizar o cadastro o mais rápido possível para voltar a receber o dinheiro.

Outro fator que podemos considerar desfavorável às mulheres rurais em relação às beneficiárias urbanas, é a questão de ter que ir à cidade para realizar o saque mensal, uma vez que acabam gastando com passagem e alimentação, a passagem do ônibus custa 30,00 reais, multiplicando por dois (passagem de ida e volta), elas já saem com um saldo devedor de 60,00 reais. Conclui-se que o programa não teve uma visão para suprir essas necessidades, já que as mulheres

rurais são atendidas pelo PBF, porém o impacto ocasionado pelo programa não é 100%. O assentamento rural Joana D'Arc não é exceção à regra; em Porto Velho, as áreas ribeirinhas também sofrem com isso, pois a passagem de barco é bem mais cara e o tempo gasto é maior. Com isso, nota-se a falha do programa nessa perspectiva de singularidade de seus beneficiários para a execução do programa; logo, as mulheres têm que buscar alternativas para realizar o saque, fazendo com que a receita compense a despesa.

TABELA 04 - Estratégias adotadas pelas mulheres para realizarem o saque do beneficio.

FAMÍLIA	ESTRATÉGIA ADOTADA	VALOR
A	"Peço pra alguém da cidade, ou que está indo sacar o beneficio."	236,00
B	"Saco todo mês, mas pede pra alguém sacar pra ela que está indo pra cidade."	102,00
C	"Deixo acumular o beneficio em 2 meses, então vou a cidade realizar o saque."	76,00
D	"Vai a cidade sacar, quando não dá pra eu sacar, meu esposo faz o saque."	233,00
E	"Deixo acumular 2 meses no cartão cidadão, para poder retirar"	35,00
F	"Vou na rua todo mês, quando não dá minha vó que é feirante, saca pra mim"	118,00
G	"Deixo o cartão com minha irmã na cidade, quando não da pra ir lá, ela compra cesta básica e manda pelo ônibus, e o troco quando sobra."	220,00

Fonte: Organização de Schaefer. 2016

Neste sentido, as mulheres traçam alternativas para sacar o dinheiro, como solicitar o cartão cidadão ao invés do cartão do BF, visto que no cartão cidadão elas podem deixar acumular vários meses para poder retirar o montante todo de uma única vez. Isso porque no cartão do Bolsa Família não pode haver essa dinâmica, isto é, caso o benefício caia três meses consecutivos e a beneficiária não o saque, o benefício é bloqueado.

Figura 07 – Calendário de pagamento do Bolsa Família.

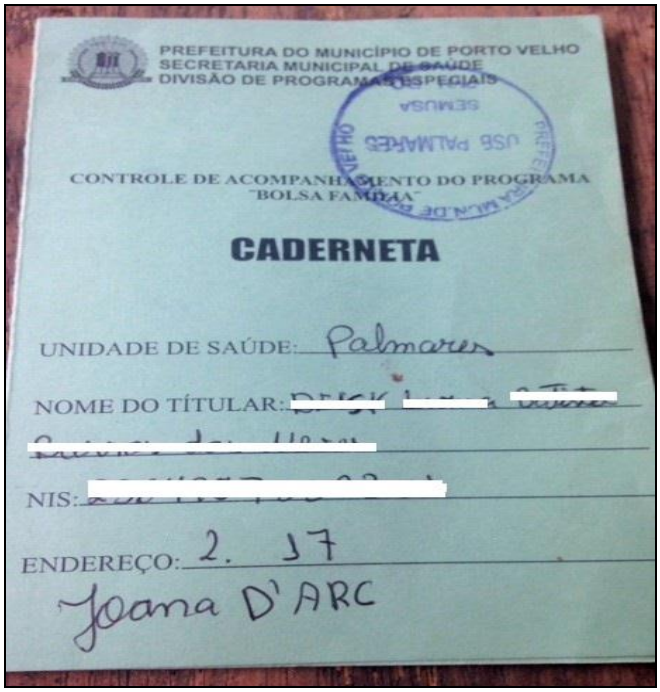
Mês do Benefício	CARTÃO TERMINADO EM:									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0
Janeiro	20/01	21/01	22/01	23/01	24/01	27/01	28/01	29/01	30/01	31/01
Fevereiro	17/02	18/02	19/02	20/02	21/02	24/02	25/02	26/02	27/02	28/02
Março	18/03	19/03	20/03	21/03	24/03	25/03	26/03	27/03	28/03	31/03
Abril	15/04	16/04	17/04	22/04	23/04	24/04	25/04	28/04	29/04	30/04
Maio	19/05	20/05	21/05	22/05	23/05	26/05	27/05	28/05	29/05	30/05
Junho	16/06	17/06	18/06	20/06	23/06	24/06	25/06	26/06	27/06	30/06
Julho	18/07	21/07	22/07	23/07	24/07	25/07	28/07	29/07	30/07	31/07
Agosto	18/08	19/08	20/08	21/08	22/08	25/08	26/08	27/08	28/08	29/08
Setembro	17/09	18/09	19/09	22/09	23/09	24/09	25/09	26/09	29/09	30/09
Outubro	20/10	21/10	22/10	23/10	24/10	27/10	28/10	29/10	30/10	31/10
Novembro	17/11	18/11	19/11	20/11	21/11	24/11	25/11	26/11	27/11	28/11
Dezembro	10/12	11/12	12/12	15/12	15/12	17/12	18/12	19/12	22/12	23/12

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza – MDS.

O pagamento é realizado conforme o calendário do programa, que funciona da seguinte forma: o pagamento é feito em dias diferentes de cada mês através do número final do NIS, sendo somente liberado a partir daquele dia que consta no calendário. Caso a família queira sacar antes do previsto, ela receberá a mensagem da Caixa Econômica Federal dizendo que o seu benefício está bloqueado; porém, ele não está bloqueado, mas apenas indisponível naquele momento.

Para atender uma das condicionalidades do programa, que é o acompanhamento de saúde, as mulheres de Joana D'Arc III passam por outra grande dificuldade, já que o assentamento não possui posto de saúde. O posto de saúde mais próximo fica em Joana D'Arc I, onde as famílias podem fazer o acompanhamento de saúde de forma semestral que tem como objetivo verificar as vacinas e o peso das crianças, bem como os exames ginecológicos da mãe, principalmente o preventivo. Com isso, o PBF também está contribuindo com a saúde da mulher, principalmente ao combate do câncer do colo do útero. No entanto, caso o posto não esteja com atendimento nos dias em que as famílias necessitam, elas têm que se deslocar até Joana D1Arc I, ou a cidade de Porto Velho para fazer o acompanhamento de saúde.

Fotografia 05 - Caderneta de acompanhamento do Programa Bolsa Família



Fonte: SCHAEFER, A. P. B. (2016).

A condicionalidade referente à saúde tem o acompanhamento pela caderneta onde são anotados os pesos e as vacinas das crianças e os exames ginecológicos da mãe. Essa condicionalidade realizada pelas mulheres de Joana D'Arc III, com muita dificuldade, é mais uma barreira que elas têm que ultrapassar para conseguir se manter no programa, quando comparadas as beneficiárias urbanas, pois se não fosse pelo programa bolsa família, muitas mulheres já teriam desistido do acompanhamento dos filhos e do seu próprio acompanhamento de saúde.

O programa também reflete diretamente na educação das crianças, visto que o acompanhamento escolar é outra condicionalidade do programa que as famílias têm que cumprir. As crianças precisam ter, no mínimo, 80% de frequência escolar para a família continuar no programa e, em virtude disso, é notável a não desistência dos alunos que recebem o benefício. Nos depoimentos das mães é visível a esperança de seus filhos continuarem estudando e terem um futuro diferente do que elas têm, já que não tiveram oportunidade de terminar ou começar seus estudos, trabalhando desde cedo no roçado com a família.

Joana D'Arc III contava com apenas uma escola a EMEF Flor do Amazonas; porém, a escola foi fechada em 2016, o que ocasionou preocupação entre as mães, visto que as crianças vão ter que estudar na Linha 8, cerca de 80 Km de distância de Joana D'Arc III.

> "*O bom seria se a escola voltasse a funcionar. Meu filho iria estudar perto de mim. Um dos motivos de eu não querer que ele estude longe é por causa do ônibus mesmo, motorista anda correndo e meu filho é muito pequeno.*" (Beneficiada e assentada)

No trabalho de campo realizado no mês de fevereiro de 2016 encontramos a o caminhão e alguns servidores da SEMED retirando a mobília da escola. Eles não souberam nos informar qual foi o motivo que levou ao fechamento da escola, mas alguns moradores relataram que o motivo alegado foi o fato de haver poucos alunos na localidade, fato negado pelos moradores.

Com a condicionalidade escolar, houve uma queda na evasão das crianças em idade escolar, pois as mães procuram mantê-las na escola mesmo com todas as dificuldades enfrentadas no Assentamento. Quando o ônibus escolar não passa, elas procuram outra alternativa para as crianças chegarem até a escola, seja de carona ou de bicicleta, mas só em último caso as crianças irão faltar.

3.5 O PRONAF Mulher em Joana D'Arc

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi criado em 1995 como uma linha de crédito, ganhando status de programa em 1996. Inicialmente executado pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento, passou a ser gerenciado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 1999, mais especificamente, pela Secretaria de Agricultura Familiar (SAF).

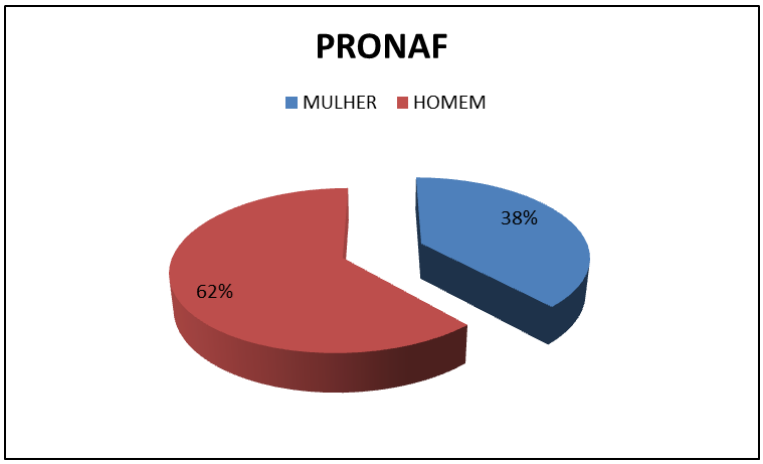
O PRONAF-B (PRONAF Mulher) surgiu com uma perspectiva para o empoderamento econômico, social e familiar da mulher rural. Segundo Hernandez (2010), o PRONAF Mulher surge sob o pressuposto de que através do acesso ao crédito é possível gerir uma atividade própria que possibilite às mulheres contribuir para a renda familiar, repercutindo na sua autonomia econômica, bem como permitir-lhes um reconhecimento e uma maior participação política.

O PRONAF Mulher surgiu no Plano SAFRA 2003/2004, em que a família

recebia 50% do valor que já era disponibilizado para as famílias que recebiam o PRONAF, ou seja, os homens recebiam a linha de crédito e, em cima desse crédito, havia um aumento do benefício para aquelas famílias que tinham atividades realizadas pelas mulheres, não sendo uma linha específica para mulheres.

Joana D'Arc foi contemplada pelo PRONAF, contudo o quantitativo de homens e mulheres que recebem o PRONAF são bem diferentes, tanto no valor do financiamento, quando no quantitativo.

Gráfico 06 – Quantitativo PRONAF.



Fonte: Organização de Schaefer, 2015.

Foi possível identificar no Assentamento Joana D'Arc III que as mulheres ainda são a minoria a receber o financiamento, sendo a maior parte direcionado aos homens, bem como a linha de financiamento de menor valor são as que elas recebem. identificamos também, que o financiamento do PRONAF-B que as mulheres conseguiram é o da "galinha" – assim chamado por elas –, pois com ele é feita a aquisição do galinheiro e dos pintinhos. No entanto, podemos dizer que esse investimento é uma grande conquista para as mulheres rurais, uma vez que tornam-se donas do seu próprio negócio.

Ainda, foi identificado o PRONAF-Mulher para "garrote ou bezerro", porém só uma mulher conseguiu esse benefício, em que o financiamento é para o pasto, a cerca, o curral e os garrotes. Esse tipo de investimento costuma ser bem mais alto e, normalmente, os principais contemplados são os homens.

Com essas conquistas, as mulheres têm um empoderamento na vida social, econômica e psicológica, visto que o trabalho delas está sendo reconhecido não só dentro da comunidade em que vivem, mas também fora dela.

Fotografia 06 – Infraestrutura da aquisição da linha de crédito PRONAF-MULHER.

Fonte: Acervo GEPGÊNERO, 2013. Galinheiro adquirido pelo financiamento do PRONAF Mulher.

As mulheres que receberam o PRONAF para a criação de galinha não conseguiram finalizar o projeto, uma vez que, dos problemas ambientais que o assentamento enfrentou, o mais crucial foram os mosquitos que acabaram com a criação das galinhas, pois era tanto mosquito que eles matavam as galinhas e para não ficarem no prejuízo tiveram que vender o que sobrou. Contudo, elas esperam novas oportunidades para fazer o financiamento, o que não deu certo e, por motivo de força maior, elas não terão que pagar o financiamento.

3.6 A Tripla Jornada: os trabalhos realizados pelas mulheres

As mulheres que recebem o benefício do programa bolsa família têm até tripla jornada de trabalho, mostrando que, ao contrário do que parte da sociedade pensa em relação aos beneficiados dos programas, eles não ficam acomodados; com todo

o cenário político atual, são comuns falas preconceituosas para as beneficiárias do programa. Em Joana D'Arc III é totalmente o contrário: as mulheres que recebem o benefício são trabalhadoras, tão trabalhadoras como as outras que não recebem; elas trabalham na roça, trabalham em casa, fazem as pluriatividades para aumentar a renda familiar.

Uma das atividades que é praticada pelas mulheres no assentamento é o descascar da mandioca, visto que ela é um dos principais cultivos no assentamento, gerando a farinha de mandioca. A produção da farinha é dividida em duas fases: a manual e a mecanizada, sendo a primeira exercida por mulheres e a última por homens.

Fotografia 07 – Casa de Farinheira: o descascar da mandioca.

Fonte: SCHAEFER, A. P. B. 2016

A cada saco de 20 quilos de mandioca descascada, elas recebem 7 Reais quando descascam na roça e 8 reais quando descascam na farinheira, pois depois elas têm que limpar o local. A etapa que vai para o forno, assim como os outros processos, é feita pelos homens em equipamentos elétricos. Vale ressaltar que o curso ministrado pela EMATER para manuseio dos equipamentos do forno elétrico para a fabricação da farinha foi somente oferecido para os homens.

Algumas mulheres preferem trabalhar na roça a trabalhar em casa: "*eu prefiro*

trabalhar na roça, porque lá eu carpino, planto, e pronto terminei, em casa toda hora tem uma vasilha pra lavar" (fala de uma beneficiária), ou seja, o trabalho doméstico é considerado mais cansativo que o trabalho na roça, na opinião do público feminino.

A mecanização na agricultura ainda só beneficia o homem, pois a mulher não entrou no mundo tecnológico rural. Segundo Rossini (2006), assiste-se, a cada dia, a possibilidade de engajamento na força de trabalho para as pessoas mais especializadas em máquinas sofisticadas, colheitadeiras, tratores, caminhões e treminhões. Assim sendo, intensificam-se as masculinidades na agricultura moderna, o que vem ao encontro do que observamos em Joana D'Arc III. Quando a EMATER ofereceu o curso para manuseio do forno elétrico, somente os homens foram beneficiados, ou seja, a parte mecanizada da produção da farinha de mandioca é realizada pelos homens e a manual pelas mulheres.

Em fevereiro de 2016 estivemos em trabalho de campo no assentamento. Nesse período, a Secretaria Municipal de Agricultura (SEMAGRIC) esteve no assentamento distribuindo mudas de café para seis associados da Associação do Assentamento Joana D'Arc III Agrovilas; dos seis associados, apenas uma era mulher. O caminhão chegou com os caixotes com as mudas e, então, era necessário que os próprios agricultores descarregassem o caminhão; os trabalhos começaram embaixo de um sol quente pela parte da manhã e, à tarde, embaixo de chuva.

Fotografia 08 - Descarregamento das mudas de café, entregues pela SEMAGRIC.

Fonte: SCHAEFER, A. P. B. 2016

As mudas foram retiradas dos caixotes, pois a SEMAGRIC teria que leva-los de volta, e deixadas na associação. Depois, cada agricult@r teria que levar as mudas para seu lote; a única mulher que ganhou as mudas, mora sozinha, e teve a ajuda das netas para retirar as mudas do caminhão. Relatou-nos que teria que pagar um frete para levar as suas mudas de café para o seu lote.

Fotografia 09 – Mulheres do assentamento descarregando o caminhão de mudas de café.

Fonte: Joana D'Arc III, Porto Velho/RO (SCHAEFER, 2016).

As duas netas que ajudaram a avó a retirar as mudas do caminhão, são beneficiadas do Programa Bolsa Família e não medem esforços para o trabalho. Elas ainda irão trabalhar na parte do plantio das mudas de café com a avó, na colheita, e assim sempre que surgir um trabalho para aumentar a renda familiar elas estão prontas.

Fotografia 10 – Assentada fazendo artesanato (crochê).

Fonte: Acervo GEPGÊNERO, 2013.

A fotografia acima mostra uma moradora fazendo o seu artesanato durante a entrevista. Ao ser questionada há quanto tempo faz esse artesanato, responde que desde pequena, que faz muito tempo, e que esse ela está fazendo para o enxoval de um neto que vai nascer. O crochê e a pintura em pano de prato são os principais artesanatos feitos pelas mulheres do assentamento, sendo a vassoura de cipó outro artesanato feito por elas para o consumo e a venda. Observamos que elas têm interesse em aprender a fazer outros tipos de artesanatos.

O artesanato de pintura em pano de prato foi oferecido pela EMBRAPA na comunidade, tendo como público-alvo as mulheres. Relatam, em seus depoimentos, que foi de grande aproveitamento, uma vez que algumas até vendem, tornando uma renda para a família. A vontade delas é que outros cursos possam ser oferecidos na comunidade por alguma instituição governamental ou não.

As mulheres também praticam as pluriatividades, como por exemplo: compota de frutas, polpas de fruta, manteiga, queijo, criação de galinha, criação de porcos, doces, entre outras. O resultado final dessas atividades tem um impacto em toda família, vejamos o que Souza diz:

> As atividades pluriativas têm como resultado final a geração de renda monetária, de forma a auxiliar no complemento da renda familiar, melhorando a qualidade de vida da família e, aumentando assim, a autoestima das mulheres, visto que perante a sociedade elas passam a ser mais valorizadas. (SOUSA, 2013, p. 98)

Os produtos que são feitos a partir das pluriatividades são para consumo

próprio e para a venda, utilizam a matéria-prima encontrada no assentamento buscando assim, uma renda extra, não somente para ela, mas para toda a família.

3.7 As Sonhadoras de Joana D'Arc III

Joana D'Arc III, com todos os problemas que tem, é um lugar de sonhos e de conquistas, sendo a busca por melhorias para o assentamento um deles, pois quem resistiu às dificuldades do assentamento desde a primeira ocupação até hoje, dificilmente quer deixar o assentamento. O assentamento, para essas mulheres, ainda é o melhor lugar para se viver e construir seus sonhos: "*meu sonho é ter minha casa toda forrada, mobiliar ela, comprar sofá, colocar ar-condicionado, queria uma casa com tudo dentro, bem bonitinha*". Os sonhos delas são muito parecidos, uma vez que buscam um pouco de conforto para viver no assentamento: "*meu sonho é ver a melhoria do assentamento*"; nas frases curtas faladas enxergamos o quanto essas terras significam para elas.

Elas sonham com escolas próximas, com atendimentos médicos, transporte com melhor qualidade, com estradas que cheguem aos seus lotes, pois ainda existem lotes sem acesso por estradas, ou seja, só querem melhorar a qualidade de vida pra viver em um local que foi escolhido por elas. É em Joana D'Arc que elas são felizes; é cuidando do roçado, varrendo o quintal e no descascar da mandioca, contudo o poder público tem que garantir as políticas públicas, pelo menos as essenciais para uma vida digna.

As mulheres de Joana D'Arc III são mulheres "guerreiras" que, em cada dificuldade encontrada, ganham forças para continuarem firmes e fortes. Elas buscam a visibilidade do poder público, visto que querem ser reconhecidas pelo Estado. Há algum tempo atrás elas montaram uma associação que, infelizmente, não teve prosseguimento, mas elas têm um sonho de voltar com esse projeto para assim conseguirem políticas públicas voltadas para as mulheres do assentamento.

CAPÍTULO IV

Registros Fotográficos:

O trabalho de campo em Joana D'Arc III através das imagens.

Fotografia 11 – Joana D'Arc III - entrada para as agrovilas – Linha 17.

Fonte: SCHAEFER, A. P. B. 2016

Fotografia 12 – Estrada de acesso ao assentamento.

Fonte: SACHAEFER. A.P.B. 2016

Estrada de acesso ao assentamento, nesse período de fevereiro de 2016, as estradas até estavam em uma boa condição, contudo quando chove há atoleiros, fica escorregadio, tornando-a perigosa. Outros perigo que encontramos é a respeito do ônibus escolar, em determinados pontos, a estrada é bem estreita, e ele passa em alta velocidade, fazendo com que carros de pequeno porte e motocicletas sejam forçados a ir para beira da estrada, ou ate mesmo parando para ele passar.

Fotografia 13 – Visitas e aplicações dos instrumentos de coleta de dados.

Fonte: SCHAEFER, A. P. B, 2016

Realização do Trabalho de Campo com visitas nas casas das famílias do assentamento para explicar a pesquisa, conforme o aceite das famílias e aplicar o instrumento de pesquisa. Durantes os trabalhos de campo podemos vivenciar o cotidiano das mulheres, podendo assim, participar de suas atividades.

Fotografia 14 : Posto de Saúde.

Fonte. SCHAEFER, A. P. B. 2016.

O posto de saúde fica em Joana D'Arc I, um local com três salas e com uma infraestrutura de péssima qualidade, e já existe um novo prédio para o posto de saúde, porém ainda não foi inaugurado pela Secretaria Municipal de Saúde. Esse posto atende todas as famílias do assentamento e das proximidades, e tem uma médica e uma enfermeira que realizam consultas de segunda a quarta; o posto de saúde possui medicamentos para serem distribuídos à comunidade, e as agentes de saúde ficam para atender a população. No entanto, como o posto de saúde não tem veículo próprio, ficam inviáveis as visitas domiciliares e, com isso, as pessoas têm que ir até o posto para serem atendidas, sendo que o agendamento é realizado no próprio posto ou por telefone.

Fotografia 15 – Casa de farinha.

Fonte: Acervo GEPGÊNERO, 2013.

Casa de farinha mecanizada, localizada na Agrovila do Assentamento Joana D'Arc III, onde acontece o processo de fabricação da farinha de mandioca, com forno elétrico.

Fotografia 16 – Processo de fabricação da farinha de mandioca.

Fonte: SCHAEFER. A. P. B. 2016

Processo de fabricação da farinha de mandioca, podendo-se visualizar nas imagens que o processo manual é realizado pelas mulheres, sendo a fase do descascar, limpar e deixar de molho. Quando o processo parte para a mecanização, ele é feito pelos homens, que utilizam os meios tecnológicos, como o forno elétrico da casa da farinha.

Fotografia 17 – Escola do Assentamento Joana D'Arc III, localizada na Linha-17, que foi desativada pela Santo Antônio Energia. 2014.

Fonte: SCHAEFER, A. P. B. 2015

Em uma das viagens de campo realizada em março de 2015, fotografamos muitas casas na Linha-17 completamente abandonadas, assim como igrejas, associação e escolas. Foram vistas as áreas encharcadas, os terrenos das casas alagados e a Linha-17 vazia, ou seja, podemos dizer que se tornou uma linha fantasma. Essa evasão do assentamento é ocasionada pelos impactos ambientais que está sofrendo em virtude da Usina, uma vez que a maior parte das famílias vivem da agricultura familiar; contudo, com o solo encharcado, elas não conseguem plantar nem os próprios alimentos para consumo. A água para consumo também foi afetada e, em um trabalho de campo, algumas pesquisadoras adoeceram em virtude do consumo dessa água.

Fotografia 18 – Desativação da Escola Flor do Amazônas

Fonte: SCHAEFER. A. P. B. 2016.

A escola Flor do Amazônas inaugurada em 2009, localizada no assentamento Joana D'Arc III, na Agrovila União dos Camponeses foi desativada em Fevereiro de 2016, em nosso trabalho de campo, nos deparamos com o caminhão da SEMED e alguns servidores da secretaria retirando os moveis da escola, ao serem questionados o porque do fechamento da escola, eles não souberam informar o motivo, só informaram que foi dada ordem para retirar os moveis da escola, pois ela tinha sido desativada.

Fotografia 19 – Construção da Agroindústria do Assentamento Joana D'Arc III, Agrovilas.

Fonte: SCHAEFER, A. P. B. 2014

Em relação a essa construção, ela está sendo feita pelos próprios moradores do assentamento, com parceria da Prefeitura do Município de Porto Velho. Em uma reunião da Associação, a questão do rodízio das pessoas para a execução dos trabalhos na obra foi levantado, uma vez que, na fala do presidente da Associação, os assentados têm que pensar no futuro, deixando de ganhar, por vezes, uma diária na semana para ajudar na construção da agroindústria. Isso porque, quando ela estiver pronta, o ganho será bem maior que estas diárias.

Fotografia 20 – Igreja Deus e Amor localizada no Assentamento, Agrovila-União dos Camponeses.

Fonte: SCHAEFER, A. P. B. 2015.

Muitas famílias do assentamento são evangélicas e, além dos ritos religiosos, também é um local para os vizinhos se encontrarem, sendo uma forma de convívio social no Assentamento. As pesquisadoras do GEPGÊNERO também já utilizaram esse espaço para trabalhar o lúdico com as crianças. É, ainda, local das Assembleias da Associação de Produtores, onde são debatidos os temas relevantes para a comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as análises dos resultados chegamos à conclusão de que os impactos do Programa Bolsa Família na vida das mulheres rurais são positivos, refletindo em toda família. Através dele elas conseguem se empoderar, gerando uma equidade de gênero no convívio familiar e social, tendo mais voz no âmbito da família e fora dela.

Confirmamos que são as mulheres que estão, de fato, recebendo o benefício do PBF como orienta a lei, ou seja, em Joana D'Arc III as mulheres são as protagonistas do programa BF

Com isso, são as mulheres que têm a autonomia de decidir onde investir o dinheiro recebido da transferência de renda. Identificamos que elas priorizam seus filhos na hora deste investimento, principalmente na educação e na alimentação. Entretanto, elas também utilizam o dinheiro para adquirir bens para si e para toda a família.

As mulheres rurais beneficiárias dos programas de transferência de renda do Governo Federal são mulheres trabalhadoras, que buscam uma melhor qualidade de vida para sua família com as políticas públicas voltadas para elas como, por exemplo, o crédito PRONAF-MULHER em que elas podem ser donas de seus próprios negócios, provando que não buscam comodidade com os benefícios.

Podemos destacar que o trabalho feminino é manual, tanto em casa quanto na agricultura, ainda tendo uma concentração da agricultura moderna mecanizada realizada pelos homens. Esse trabalho realizado na roça, quando junto aos seus maridos e filhos, não é reconhecido como trabalho de fato, e sim uma 'ajuda' a eles.

Desta forma, podemos afirmar que a mulher rural não se acomoda com o benefício do BF, pois continua com seus trabalhos, sejam os que geram renda ou não. Foi possível identificar que o benefício não estimula a gravidez, como costumamos ouvir de pessoas que são contrárias ao PBF, como ocorreu durante a campanha presidencial de 2014 em que vários vídeos foram veiculados nas redes sociais afirmando essa ideia. No entanto, a realidade pesquisada é completamente outra.

O PBF veio assistir às famílias de baixa renda dos assentamentos, uma vez que identificamos que a distribuição do benefício está sendo realizada de forma correta. As famílias beneficiadas estão dentro do perfil do programa, mas também localizamos algumas famílias que possuem o perfil do programa, mas ainda não

foram beneficiadas. Contudo, estas já haviam feito o cadastro e estavam na espera de serem contempladas, não identificando família com perfil fora do programa recebendo tal benefício.

O BF é sinônimo de autonomia financeira para algumas famílias beneficiadas pelo programa, sendo esse é o único recurso que elas podem contar no final do mês de forma fixa, deixando-as com a certeza que a alimentação familiar estará garantida.

Deixo, portanto, em aberto as seguintes perguntas que ao decorrer da pesquisa foram surgindo: o benefício já passou de mãe para filha? Quais são as estratégias destas famílias para sair do estado de pobreza e de extrema pobreza, para, então, deixar de fazer parte do BF?

REFERÊNCIAS

ADAMS, C.; MURRIETA, R. & NEVES, W. (orgs.) Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006.

ALENCAR, Gracimar Moreira. **Produção do Espaço e Autonomia da Mulher Ribeirinha.** Monografia apresentada ao departamento da UNIR. Ano de 2012.

BACHELARD, Gaston. A Formação do Espírito Científico: Contribuição para uma Psicanálise do Conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BAKTIN, Mikhail M. Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas Fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem. SP. Hucitec. 1999
BOLLNOW, Otto Friedrich. O homem e o espaço. Curitiba. Editora da UFPR. 2008.

BUARQUE, C. **Feminismo:** a mudança do paradigma. Recife, Mestrado de Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE - 1991. Tese de Mestrado. (mimeo)

BUTTO, A.; HORA, K. E. R. Mulheres e Reforma Agrária no Brasil. In: LOPES, A. L.; BUTTO, A. **Mulheres na Reforma Agrária:** a experiência recente no Brasil. Brasília: MDA, 2008.

CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. **Olhares Geográficos:** modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CASTRO, **Josué. Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão e aço**. Rio de Janeiro, 1984.

CASSIRER, E. Ensaio sobre o Homem. Introdução a uma Filosofia da Cultura Humana. São Paulo: Matins Fontes, 1997.

CAPEL, Horácio. Filosofía y Ciência em la Geografia Contemporánea: una introdución a la Geografia. Barcanova, 1981.

CLAVAL, Paul. Epistemologia da Geografia. Editora UFSC. Florianópolis, 2011.

COBO, Barbara. Indicadores de Gênero e Cor/Raça no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: CAVENAGHI, Suzana (org.). **Gênero e Raça no ciclo Orçamentário e Controle Social das Políticas Públicas:** Indicadores de Gênero e de Raça no PPA 2008-2011.

COHN, Amélia. **Programas de Transferência de renda e a questão social no Brasil.** VIII Congresso Liso-Afro-Brasileiro de ciências sociais.

CORREA, A. L. Análise critica de textos geográficos: breves notas. In **Revista do departamento de geografia** – GEO UERJ. Rio de Janeiro, 2003.

COSTA, P. V.; FALCÃO, T. O Eixo de Garantia de Renda do Plano Brasil sem

Miséria. In: CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. da C. (orgs.). **O Brasil sem Miséria.** Brasília: MDS, 2014.

DARDEL, E. L' Homme et la Terre, Paris: Editions du CTHS, 1990. (já exste publicação em portugues pela editora perspectiva)

DEMO, Pedro. Cuidado Metodológico: Signo crucial da qualidade. In **Sociedade e Estado**, Brasília. V. 17 nº 02 . 2002

DURIEUX, M. **Transferência de Renda:** Programa Bolsa Família e Cidadania. Brasília: 2011. 66 p. Monografia (Especialização em Educação Fiscal e Cidadania) – Escola Superior de Administração Fazendária.

ESMERALDO, Gima Galgani Silveira Leite. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (orgs.). **Mulheres Camponesas trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói, 2013.

FERNANDES, B. M. **Espacialização e Territorialização da Luta pela Terra:** a formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo. São Paulo: 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia.

FERREIRA, M. M. Rondônia: principais fases de desenvolvimento. In: ALMEIDA SILVA, A. de; NASCIMENTO SILVA, M. das G. S.; COSTA, R. G. da (orgs.). **Colonização, Território e Meio Ambiente em Rondônia:** reflexões geográficas. Curitiba: SK Editora/Porto Velho: PPGG/UNIR, 2012.

FOUREZ, G. Reflexão Epistemológica. O método científico: a observação. In: FOUREZ, G. **A Construção das Ciências.** São Paulo: Editora UNESP, 1995.

GERALDI, Juliano. Análise Conceitual da Política de Territórios Rurais: O desenvolvimento territorial rural no Brasil. In **Planejamento e Políticas Públicas.** Nº 39 Julho/Dez/2009

GÓES, Kellyany Oliveira Castro de; SOUSA, Rúbia Elza Martins de; NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva. **Um Estudo sobre gênero no assentamento rural Joana Darc III – Porto Velho – RO**. Publicado nos Anais do NEER. 2011.

GOMES, P. C. da C. Espaços Públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Olhares Geográficos:** modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HARTSHORNE, R. Propósitos e Natureza da Geografia, tradução T. N. Neto. São Paulo: HUCITEC, 1978

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. tradução A.U. Sobral & M. S. Gonçalves, São Paulo: Loyola, 2004.

HERNANDEZ, C. O. Reconhecimento e Autonomia: o impacto do PRONAF-MULHER para as mulheres agricultoras. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (orgs.). **Gênero e Geração em Contextos Rurais.** Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

HOFFMAN, Rodolfo. **Transferência de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997 e 2004**. Rio de Janeiro, 2006.

IBASA. **Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional das Famílias das Beneficiadas.** 2008.

IPEA – **Instituto Brasileiro de Pesquisa Econômica aplicada.** Novos Passos para Uma Política Social Consistente. Brasília, IPEA, 2010.

KANT, I . **Crítica da Razão Pura**, São Paulo: Martin Claret, 2003.

LINDO, P. V. de F. **Geografia e Política de Assistência Social:** territórios, escalas e representações cartográficas para políticas públicas. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

LISBOA, T. K. **O Empoderamento como Estratégia de Inclusão das Mulheres nas Políticas Sociais.** In: FAZENDO GÊNERO 8 – CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, 25-28, ago., 2008, Florianópolis. Anais... Florianópolis: 2008. 6 p.

LOPES, Luciane Gomes. **Vivência Espacial das Mulheres Ribeirinha**: Os espaços paradoxais do Distrito de Nazaré. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNIR. 2013.

MARAFON, G. J. O Trabalho de Campo como um Instrumento de Trabalho para o Investigador em Geografia Agrária. In: RAMIRES, J. C. de L.; PESSÔA, V. L. S. (org.). **Geografia e Pesquisa Qualitativa nas Trilhas da Investigação.** Uberlândia: Assis Editora, 2009.

MEDEIROS, M.; BRITTO, T.; SOARES, F. **Programas Focalizados de Transferência de Renda no Brasil.** Contribuições para o debate. Texto para Discussão nº 1.283. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2008.

MENDONÇA, F.A. e KOZEL, S. **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea.** Curitiba: Editora da UFPR, 2002.

MESQUITA, H. A. O Conflito na Fazenda Santa Elena o Massacre de Corumbiara: a farsa do processo judicial e do júri popular. **Pegada,** v. 4, n. 2, p. 33-52, nov. 2003.

NADÚ, A. do C. A.; SIMÃO, A. B.; FONSECA, M. do C. Empoderamento Feminino e Relações de Gênero no Contexto do Programa Bolsa Família em Contagem: breves reflexões. In: III SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 7-9, jun., 2013, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: 2013. 12 p.

NALU, F. Desafios para a Construção da Autonomia Econômica para as Mulheres.

In: NALU, F. **Economia e Empoderamento da Mulher:** texto acadêmico. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

NASCIMENTO SILVA, M. das G. S. Geografia e Gênero em Assentamentos Rurais: espaços de poder. In: SILVA, J. M. et al. **Espaço, Gênero e Poder:** conectando fronteiras. Ponta Grossa: TODA PALAVRA, 2011.

NASCIMENTO SILVA, M. das G. S.; SILVA. Reflexões das Políticas Públicas Desenvolvidas e o Empoderamento das Mulheres em Assentamentos Rurais. In: ALMEIDA SILVA, A. de; NASCIMENTO SILVA, M. das G. S.; COSTA, R. G. da (orgs.). **Colonização, Território e Meio Ambiente em Rondônia:** reflexões geográficas. Curitiba: SK Editora/Porto Velho: PPGG/UNIR, 2012.

NEVES, D. P. Assentamento Rural: confluência de formas de inserção social. **Estudos Sociedade e Agricultura,** n. 13, p. 5-28, out. 1999.
OLIVEIRA, C. N. **"Um Lugar para Chamar de Meu":** as agrovilas do Assentamento Joana D'Arc III e seus migrantes. Porto Velho: 2013. 172 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia, Departamento de Geografia, Núcleo de Ciências Exatas e da Terra, Fundação Universidade Federal de Rondônia.

OLIVEIRA, C. N. **"Um lugar para chamar de meu" As agrovilas do Assentamento Joana D'Arc III e seus migrantes**. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNIR. 2013.

Plano de Desenvolvimento Sustentavel do Assentamento – PDSA: Projeto de Assentamento Joana D'Aarc III. Porto Velho, 2007.

QUAINI, M. A. **Construção da Geografia Humana**, trad. Liliana Laganá, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

RIBEIRO, E. A.. **Significados de pobreza, assistência social e cidadania. Fortaleza**. Ed. Uni Cara, 2007.

RATZEL, F. Textos Escolhidos. In: MORAES, A. C. R.; RATZEL, F. **Geografia.** São Paulo: Ática, 1990.

REGO, W. L. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

REIS, J. C. dos. **Desempenho Macroeconômico, Políticas Públicas e Taxa de Pobreza Estadual no Brasil:** 1981-2006. Belo Horizonte: 2008. 97 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais.

RIBEIRO, M. I. C.; DOURADO, R.; SCHAEFER, A. P. B. **A Mulher no Processo de Desapropriação das Terras do Assentamento Rural Joana D'Arc III no Estado de Rondônia.** SINGA, 2013.

ROCHA, S. **Transferência de Renda no Brasil:** o fim da pobreza. Rio de Janeiro:

Elsevier, 2013.

ROSSINI, R. E. **Gênero e Preconceitos:** o trabalho da mulher na moderna agricultura canavieira paulista (1997-2005). In: VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 2006, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: 2006.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: Hucitec/Edusp, 1978.

SANTOS, M. **Espaço e Método.** 5. ed. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SCHAEFER, A. P. B. **Um Estudo de Gênero, Políticas Públicas e Transferência de Renda no Assentamento Rural Joana D'Arc III.** Porto Velho: 2013. Monografia – Departamento de Geografia, Fundação Universidade Federal de Rondônia.

SILVA, T. F. **Geografia e Gênero no Assentamento Rural Joana D'Arc II:** um lugar às margens da estrada. Porto Velho: 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia, Departamento de Geografia, Núcleo de Ciências Exatas e da Terra, Fundação Universidade Federal de Rondônia.

SILVA, V. N. **Geografia e Gênero:** divisão sexual do trabalho na agricultura familiar no assentamento rural Joana D'Arc III. Porto Velho: 2012. Monografia – Departamento de Geografia, Fundação Universidade Federal de Rondônia.

SILVA, J. M. **Geografias Subversivas:** discurso sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

SOUSA, R. E. M. **Geografia e Turismo Rural: Estrátegia para o Desenvolvimento local.** Dissertação. 2013

SOUZA, A. P. Políticas de Distribuição de Renda no Brasil e o Bolsa Família. In: BACHA, E. L.; SCHUWARTZMAN, S. (orgs.). **Brasil:** a nova agenda social. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2011.

SPÓSITO, E. S. **Geografia e Filosofia –** contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Pesquisa de Campo em geografia.** IV Encontro Estadual de Geografia de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2004.

TEIXEIRA, E. C. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade.** 2002.

THOMÉ, D. **O Bolsa Família e a sociedade-democratica**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2013.

TUAN, Yi-Fu. Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, A. **Perspectivas da Geografia.** São Paulo: DIFEL, 1985.

VAZQUES, G. C. F. A psicologia na área rural: os assentamentos de reforma agrária

e as mulheres assentadas. In **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, ano 29, n.4, p. 856-867, mês. 2009.

YANNOULAS, S. C.; VALLEJOS, A. L.; LENARDUZZI, Z. V. Feminismo e Academia. **Rev. Bras. Est. Pedag.,** Brasília, v. 81, n. 199, p. 425-451, set./dez. 2000.